



Boletim de Transparência Fiscal

Rio de Janeiro, Maio de 2009



SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA

Joaquim Vieira Ferreira Levy

SUBSECRETÁRIO GERAL

Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos

SUBSECRETÁRIO DE FINANÇAS

Marcelo Barbosa Saintive

SUBSECRETÁRIO DE POLÍTICA FISCAL

George André Palermo Santoro

SUBSECRETÁRIO DE FAZENDA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

Fabrizio R. Valle Dantas Leite

SUPERINTENDENTE DE PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

Josélia Castro de Albuquerque

SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES FEDERATIVAS E TRANSPARÊNCIA FISCAL

Marco Aurélio Alves de Mendonça

SUPERINTENDENTE DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DA DÍVIDA

Valéria Barbosa

SUPERINTENDENTE DE CONVÊNIOS

Irio Augusto Fernandes

EQUIPE BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL

Ana Paula Quedinho

Brower Ramos Silva

Carlos Roberto Moreira de Araújo

Carolina Barbosa Corrêa

Cláudia Santoro

Creusa Mattoso de Almeida

Daniela de Melo Faria

Fabrizio Marques Santos

Fernanda Stiebler

Gabriel Silva de Goes Rodrigues

Gustavo Tavares Lameiro da Costa

João Vitor Pereira Pedrosa

Leonardo Santos de Oliveira

Leonardo Silva Carvalho

Maria Gisele Bastos Soares

Maria Helena Pitombeira

Marina Lavocat Barbosa Ernesto

Pablo Reyes

Raphael Moura

Rebeca Virginia Escobar Villagra

Renata dos Santos

Renata Gomes Rimes de Almeida

Rodrigo Ferroglio Caldas



O BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL é uma publicação bimestral da Subsecretaria de Política Fiscal e da Subsecretaria de Finanças. Ele é chamado de TRANSPARÊNCIA fiscal por que vai além do registro de cifras macroeconômicas ou associadas a metas de equilíbrio fiscal, que são essenciais para a avaliação da solvência do Estado. O boletim procura também dar uma ampla visão do uso dos recursos públicos pelas diversas funções do gasto. Este é um elemento chave para posteriores análises da efetividade e eficiência no uso das receitas de impostos e outros recursos públicos, com vistas a avaliar se este uso atende aos objetivos do governo e sociedade, respondendo corretamente às demandas sociais e atuando como elemento indutor do desenvolvimento econômico. A frequência bimestral do boletim se espelha naquela da avaliação dos riscos para o cumprimento das metas fiscais referida nos artigos 8º e 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2001).

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:

Tel: (21) 2334-4929

Home Page: <http://www.sefaz.rj.gov.br>

Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

Rua da Alfândega, n.º 42 - 2º andar

Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.070.000





Sumário

Apresentação	7
I. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro	11
II. Resultado Fiscal.....	12
II.1 Resultado Orçamentário	13
II.2 Resultado Primário	14
III. Receita Estadual	15
III.1 Receitas Correntes	15
III.1.1 Receita Tributária	16
III.1.2 Receita Patrimonial e <i>Royalties</i>	18
III.1.3 Receita de Transferências	19
III.1.4 Demais Receitas Correntes	21
III.2 Receitas de Capital	22
BOX 1 – PANORAMA DA ECONOMIA FLUMINENSE	23
BOX 2 – RESUMO DO COMPORTAMENTO DAS DILIGÊNCIAS PEDIDAS PELA JUNTA DE REVISÃO FISCAL – JRF EM 2006-9	25
IV. Despesa do Estado do Rio de Janeiro	27
IV.1 Despesa por Fonte de Recurso	30
IV. 2 Despesa por grupo	31
IV. 3 Despesa por área de governo	32
IV. 3.1 Saúde – Índice Constitucional	32
IV. 3.2 Saúde – Aplicação Total	34
BOX 3 – USO DOS RECURSOS DO SUS	36
IV. 3.2 Educação – Índice Constitucional.....	36
IV. 3.3 Secretaria Estado de Educação	40
IV. 3.4 FECAM	41



IV. 3.5 Programa de Aceleração do Crescimento – PAC	43
IV.4 Cota Financeira	44
BOX 4 – EMPRESAS NÃO-DEPENDENTES NO ERJ	46
BOX 5 – EVOLUÇÃO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO TESOIRO EM CULTURA.....	48
V. Administração Financeira	49
V.1 Pagamento de Programações de Desembolso	49
V.2 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos	50
V.3 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro.....	52
V.4 Tratamento Dispensado a Restos a Pagar Processados.....	53
V. 5 Requisições Judiciais de Pagamento	55
V. 6 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu serviço	57
V.7 Acompanhamento financeiro de Convênios.....	62

Anexos

Anexo 1 – Despesas por Grupo

Anexo 2 – Despesas por Fonte de Recurso

Anexo 3 – Despesas por Órgão

Anexo 4 – Despesas de Pessoal por Órgão

Anexo 5 – Despesas de Custeio por Órgão

Anexo 6 – Despesas de Investimentos e Inversões Financeiras por Órgão

Anexo 7 – Despesa Liquidada por Função - Fontes Tesouro e Outras Fontes.



Apresentação

Este é o oitavo número do boletim bimestral preparado pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, e o segundo do exercício de 2009. Seu objetivo continua a ser o de aperfeiçoar os mecanismos de controle e a transparência na execução do orçamento estadual. Este exemplar traz como novidade uma análise do panorama econômico do Estado do Rio de Janeiro, que servirá como parâmetro de avaliação do desempenho fiscal do Estado.

Esses mecanismos de controle possuem pelo menos duas dimensões, a saber: a primeira liga-se à solvência e previsibilidade no gasto, em decorrência do reconhecimento de que uma das principais premissas de um governo responsável é executar o orçamento dentro da previsão de receita. Ou seja, despesas não podem ser criadas, compromissos assumidos, ou contratos assinados sem um lastro seguro na arrecadação ou outros recursos orçamentários. Como manda a Lei há mais de quarenta anos, não pode haver despesa sem empenho. Apenas assim as obrigações poderão ser honradas tempestivamente e sem sobressaltos, trazendo previsibilidade, tranquilidade e transparência à ação pública.

Além disso, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) impõe metas fiscais que devem ser cumpridas sob risco de sanções aos administradores e ao próprio ente federativo (suspensão de transferências voluntárias, por exemplo). O Estado deve, por exemplo, alcançar uma meta de superávit primário suficiente para, no mínimo, o cumprimento das obrigações com pagamento da dívida, e dispor de suficiente folga de caixa de maneira que toda a Administração possa planejar seus gastos com segurança.

A segunda dimensão diz respeito à aplicação dos recursos, cumprindo a Lei (e.g., vinculações) e procurando alcançar, entre outros, os objetivos constitucionais de eficiência, economicidade e efetividade. Para essa avaliação é importante que se conheçam detalhes da aplicação de

É parte do Estado Democrático de Direito a obrigação do administrador público prestar contas a sociedade, demonstrando a adequabilidade da aplicação dos recursos às demandas econômicas e sociais.

Não pode haver contrato, compromisso ou despesa sem empenho prévio, garantindo-se a conformidade, integridade e transparência da execução orçamentária

recursos por função (e.g., saúde, educação) e o perfil temporal desses gastos.

O boletim procura proporcionar esses detalhes com rapidez, para que haja clareza sobre os gastos públicos e efetivo acompanhamento pela sociedade. Este canal se conjuga com inovações como a publicação de todas as Programações de Despesa (PD's) na internet em menos de três dias após efetuado seu pagamento, o que também facilita o acompanhamento aberto pela sociedade da aplicação dos recursos públicos.

Os dados aqui disponibilizados foram extraídos do Sistema de Informações Gerenciais (SIG) do Governo do Estado do Rio de Janeiro, no dia 15/05/2009.

A despesa refere-se, salvo ressalva, ao conceito de empenho liquidado, e a receita ao de realizada, ambas depuradas das rubricas intra-orçamentárias.

A análise da administração da Dívida Pública tomou por base o valor do empenho efetivamente pago.

Nesta edição, assim como foi feito no boletim referente ao 1º bimestre de 2009, deixou-se de incluir os resultados da Companhia Estadual de Águas e Esgotos, doravante CEDAE, nas contas do Estado, uma vez que a empresa foi declarada não dependente, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme o disposto no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro do dia 01/04/2009 na seção "Atos do Governador", Processo E-12/223/2009.

Esta declaração apenas reconhece uma realidade de fato, visto que a CEDAE já há algum tempo havia deixado de se enquadrar no conceito de empresa pública dependente, como definido no artigo 2, inciso III da LRF, *in verbis*:

"... empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária."

O Boletim procura dar, com presteza, detalhes da despesa em cada área, para que haja clareza sobre os gastos públicos e efetivo acompanhamento pela sociedade

Nesta edição, assim como no boletim do 1º bimestre, deixou-se de considerar os resultados da Companhia Estadual de Águas e Esgotos, doravante CEDAE, das contas do Estado, uma vez que a empresa foi declarada "não dependente".

Com base na declaração citada anteriormente, os dados relativos à Receita, Despesas e Dívida da CEDAE foram destarte depurados na análise do conjunto da execução do orçamento do Estado—apesar de formalmente tais rubricas ainda constarem deste orçamento. Para ter-se uma base de comparação entre os mesmos períodos do ano, esses dados também foram excluídos da base de 2008.

A CEDAE não é a primeira empresa do Estado a se tornar independente, nem a modernização do seu tratamento no âmbito do orçamento totalmente pioneiro. A Imprensa Oficial do Estado já é considerada independente há algum tempo, com os devidos reflexos na contabilidade pública.

O Boletim é dividido em cinco seções, além desta apresentação. As duas seções iniciais fazem uma breve análise dos agregados fiscais e das metas correspondentes. A terceira seção analisa a evolução das diversas rubricas de receita, enquanto a quarta seção analisa a despesa no seu agregado de execução orçamentária. Na terceira seção incorporou-se como novidade um breve panorama da evolução dos principais indicadores econômicos do estado (produção industrial, vendas, empregos, etc.). Além disso, há uma detalhada análise do funcionamento da Junta de Revisão Fiscal, a primeira instância de defesa do contribuinte. Na Quarta seção, além de se apresentarem detalhes das despesas nas áreas com índice constitucional (saúde, educação e meio ambiente), discutem-se em enquadrados especiais (Box 4 e 5) os detalhes do processo de reconhecimento da “não dependência” da CEDAE nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, e suas implicações, inclusive para a fiscalização pelo Legislativo; e a evolução da despesa com a Cultura, uma área que tem apresentado particular dinamismo nos dois últimos anos. Por fim, a quinta seção apresenta elementos da política financeira do Estado, notadamente as operações do Tesouro Estadual para o pagamento das despesas do orçamento de 2009 e restos a pagar de anos anteriores, assim como precatórios judiciais decorrentes de ações de administrações anteriores corrigidas pela Justiça (todos os restos a pagar

Nesta edição, há como novidade a apresentação de indicadores econômicos do Estado, como evolução da produção industrial, vendas e empregos (Box 1). Além disso, discute-se em detalhes aspectos do funcionamento da Junta de Revisão Fiscal—a primeira instância de defesa do contribuinte (Box 2), assim como do processo de reconhecimento da “não dependência” da CEDAE (Box 4), e a evolução da despesa com a Cultura (Box 5)



de 2008 que receberam uma programação de desembolso dos órgãos ordenadores de despesa foram pagos até o final de abril de 2009). A seção também informa a situação da dívida pública do Estado.



I. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro

As receitas totais no período março/abril de 2009 cresceram 10,7% em relação ao projetado, resultado para o qual contribuiu o encontro de contas entre a CEDAE e o Estado, com pagamento de dívida ativa no montante de R\$ 300 milhões. No acumulado do ano, a receita total ultrapassou o previsto em 4,4%

As receitas tributárias do segundo bimestre de 2009 excederam a meta em 18,2%, com crescimento da arrecadação do ICMS de 15,8 pontos percentuais em relação ao mesmo período de 2008. Independente da evolução favorável da arrecadação, a receita tributária foi ampliada em 2009 pela reclassificação da receita de prestação de serviços do DETRAN (“Serviços de Inspeção e Fiscalização” – rubrica 16001400), de Receita de Serviços para a rubrica Taxa (Receita Tributária), determinada pelo Tribunal de Contas do Estado; esse aumento foi compensado pela redução das Receitas de Serviços propriamente ditas.

A receita patrimonial, cujo item principal é a receita de petróleo e gás, excedeu a meta bimestral em 0,5%, não obstante a queda de 6,1% em relação ao valor no mesmo período de 2008, decorrente de uma queda de 32,4% na receita de royalties.

As transferências correntes apresentaram desempenho 0,2% acima da meta bimestral, não obstante uma queda nas transferências da União de 3,5% em relação ao mesmo bimestre de 2008. Especificamente, a receita de FPE caiu 8,4%, enquanto que o IPI-exp caiu 32,9%. A CIDE teve abrupta queda de 94%, em parte devido aos ajustes contábeis realizados pela Petrobrás. Por outro lado, as transferências do SUS apresentaram crescimento de aproximadamente R\$ 75 milhões (+83,3%).

As receitas de capital ficaram abaixo da meta bimestral, tendo-se realizado apenas 16,9% do projetado. Isto se deve, principalmente, pela não realização de algumas

As receitas totais no período março/abril de 2009 cresceram 10,7% em relação ao projetado.

Tabela 1

METAS DE ARRECAÇÃO DA RECEITA (MAR-ABR 2009)
(art 8º da LRF)

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões					
	META DE RECEITA (MAR-ABR) 2009	RECEITA REALIZADA (MAR-ABR) 2009	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE	META DE RECEITA (JAN-ABR) 2009	RECEITA REALIZADA (JAN-ABR) 2009	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
REC. CORRENTES	5.480,01	6.356,41	116,0%	12.428,42	13.503,34	108,6%
TRIBUT.	3.584,57	4.238,30	118,2%	7.981,72	8.853,70	110,9%
CONTRIB.	131,89	141,83	107,5%	263,78	284,77	108,0%
PATRIM.	685,18	688,80	100,5%	2.072,23	2.101,82	101,4%
AGROPEC.	0,03	0,01	27,4%	0,06	0,02	26,5%
INDUST.	22,75	0,22	1,0%	32,87	0,37	1,1%
SERV.	140,14	63,83	45,5%	283,39	99,17	35,0%
TRANSF. CORR.	790,53	792,33	100,2%	1.544,73	1.596,26	103,3%
OUTRAS	124,93	431,10	345,1%	249,64	567,22	227,2%
REC. CAPITAL	308,27	52,18	16,9%	590,68	85,77	14,5%
OPER. CRÉDITO	48,43	9,75	20,1%	67,23	34,13	50,8%
ALIEN. BENS	0,16	0,43	270,9%	0,17	0,45	267,7%
AMORT. EMPRÉST.	11,52	35,62	309,3%	22,05	42,71	193,7%
TRANSF. CAP.	247,09	6,36	2,6%	499,10	8,47	1,7%
OUTRAS	1,07	0,00	0,0%	2,13	0,00	0,0%
Total	5.788,28	6.408,58	110,7%	13.019,10	13.589,11	104,4%

As transferências correntes apresentaram desempenho 0,2% acima da meta bimestral, não obstante uma queda nas transferências da União de 3,5% em relação ao mesmo bimestre de 2008.

transferências federais previstas, associadas ao PAC e pela queda na receita de operações de crédito.

O desembolso de operações de crédito ficou cerca de 80% abaixo do previsto para o segundo bimestre de 2009, alcançando R\$9,75 milhões. O desempenho no acumulado do ano está a 50,8% da meta do quadrimestre. A Alienação de Bens – cujo valor é bastante reduzido – foi 270,9% maior que o previsto no bimestre e está 267,7% acima da meta dos quatro primeiros meses do ano.

Avaliando as metas de execução da despesa para o quadrimestre, fixadas conforme o art. 8º da LRF observa-se que a despesa paga no período ultrapassou em 9,5% à meta fixada.

Esse desempenho se deu sem prejuízo da disciplina na programação orçamentária, a maior variação se explicando pela aceleração no cronograma de pagamentos dos restos a pagar de 2008¹ e pela maior soma de transferências ao FUNDEB por conta das alterações dos percentuais de repasse para a formação desse Fundo; as transferências aos Municípios também se realizaram em valores superiores aos estimados, pois a arrecadação de ICMS surpreendeu favoravelmente nos primeiros meses do ano. O desempenho da receita e despesa tornou possível o descontingenciamento de parte do orçamento no começo de maio.

II. Resultado Fiscal²

Os resultados fiscais³ no 2º bimestre do exercício de 2009 mantiveram-se acima dos resultados obtidos no período equivalente de 2008, tanto no que se refere ao resultado orçamentário quanto ao resultado primário (Tabelas 3 e 4). Estes resultados foram obtidos não obstante o aumento

¹ O RP 2008 foi totalmente pago no período janeiro-abril.

² O resultado fiscal exclui as receitas e as despesas intra-orçamentárias.

³ Nesta seção, a despesa é analisada pela ótica da liquidação, ao contrário da análise apresentada na primeira seção, em que em conformidade com a LRF utiliza-se o conceito de despesa efetivamente paga.

Tabela 2

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - METAS DE EXECUÇÃO (art.8º / LRF*)
ESTADO DO RIO DE JANEIRO / JAN-ABR 2009

Em milhões R\$

GRUPO DE DESPESA	METAS DE EXECUÇÃO JAN-ABR 2009	DESPESA ORÇAMENTÁRIA REALIZADA JAN-ABR 2009**	RP 2008 PAGO	DESPESA TOTAL REALIZADA JAN-ABR 2009	% REALIZADO
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.594	2.363	525	2.889	111,3%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.278	7.305	613	7.918	108,8%
INVESTIMENTOS/INVERSÕES	412	115	213	328	79,7%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA / AMORTIZAÇÃO	977	1.195		1.195	122,3%
TOTAL	11.261	10.973	1.352	12.330	109,5%

*Exclui CEDAE, Imprensa Oficial e despesas intra-orçamentárias

**Considerada a despesa paga e excluídas as despesas intra-orçamentárias

Tabela 3

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - MAR-ABR 2008/ MAR-ABR 2009

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR - ABR)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - ABR)		var %
	2008	2009		2008	2009	
I. RECEITA TOTAL (A)	5.308,06	6.408,58	20,7%	12.088,56	13.589,11	12,4%
I.1 RECEITA CORRENTE	5.258,34	6.356,41	20,9%	11.999,08	13.503,34	12,5%
I.1.1 Tributária	3.473,39	4.238,30	22,0%	7.593,40	8.853,70	16,6%
I.1.2 Patrimonial	733,25	688,80	-6,1%	2.299,28	2.101,82	-8,6%
I.1.3 Transferências	667,16	792,33	18,8%	1.298,17	1.596,26	23,0%
I.1.4 Demais Correntes	384,54	636,98	65,6%	808,23	951,55	17,7%
I.2 RECEITA DE CAPITAL	49,72	52,18	4,9%	89,48	85,77	-4,1%
II. DESPESA TOTAL (B)	5.504,84	6.512,15	18,3%	11.367,43	12.531,67	10,2%
II.1 DESPESA CORRENTE	5.232,98	6.039,37	15,4%	10.934,93	11.916,48	9,0%
II.1.1 Pessoal e Enc. Sociais	2.425,39	2.662,16	9,8%	4.837,22	5.289,77	9,4%
II.1.2 Demais Correntes	2.409,29	2.848,98	18,3%	5.357,97	5.854,33	9,3%
II.1.2.1 Juros e Enc. Dívida	398,30	537,26	34,9%	739,74	781,42	5,6%
II.2 DESPESA DE CAPITAL	271,86	472,79	73,9%	432,50	615,19	42,2%
II.2.1 Invest.	100,75	171,97	70,7%	149,20	180,17	20,8%
II.2.2 Inv. Financ.	1,59	4,73	197,2%	3,49	21,17	506,5%
II.2.3 Amort. Dívida	169,52	296,09	74,7%	279,81	413,85	47,9%
RES. ORÇAM. (A-B)	-196,78	-103,57	47,4%	721,13	1.057,44	46,6%

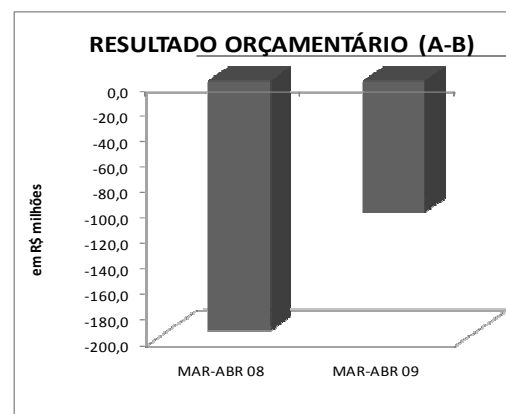
em mais de 18% nas despesas totais (10,2% no acumulado do ano). Com relação às despesas correntes, o maior destaque no bimestre reside no aumento de 34,9% nas despesas com juros e encargos da dívida em relação ao mesmo período de 2008 (5,6% nos quatro primeiros meses do ano), por conta de pagamentos que no ano passado se deram em fevereiro e neste ano se deram em março. Também houve elevação de 73,9% nas despesas de capital (42,2% no ano), com destaque para elevação de 70,7% nos investimentos (20,8% no ano). A comparação do resultado não considera a receita da CEDAE e da Imprensa Oficial, uma vez que ambas as empresas são agora consideradas não dependentes⁴, na forma prevista pelo inciso III, do art. 2º da LRF.

II.1 Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário do Governo Estadual foi deficitário em R\$ 103,57 milhões no 2º bimestre de 2009, o que representa uma melhora de 47,4% com relação ao déficit no mesmo período de 2008 (Gráfico 1). A melhora no desempenho fica evidente pelo aumento de 20,7% das receitas totais (+R\$1.100,50 milhões), frente aos 18,3% (+R\$1.007,31 milhões) de incremento ocorrido nas despesas totais. No acumulado do ano, a evolução do resultado orçamentário foi de 46,6% frente a 2008 (+R\$ 336,31 milhões), com variações positivas de 12,4% nas receitas totais e 10,2% nas despesas totais.

Em relação a 2008, o item “Pessoal e Encargos Sociais”⁵ apresentou incremento nominal de 9,8% no segundo bimestre e 9,4% nos quatro primeiros meses do ano. As demais despesas correntes aumentaram 18,3% frente ao 2º bimestre do ano passado (9,3% no ano). Já as despesas referentes aos juros e encargos da dívida ficaram 34,9% maiores (+R\$138,96 milhões) frente ao segundo bimestre de 2008 (+5,6% no ano), o que se

Gráfico 1



⁴ A independência da CEDAE está disposta nos “Atos do Governador” do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro de 01/04/2009 sob o processo de número E-12/223/2009.

⁵ Nesta seção, “Pessoal e Encargos Sociais” inclui gastos com Inativos e Pensionistas.



explica porque R\$ 120,95 milhões referentes a estas despesas foram registradas em março⁶. Levando-se em consideração este montante, a rubrica apresenta uma elevação frente ao segundo bimestre de 2008 de R\$ 18,01 milhões (+4,5%).

As despesas de capital foram 73,9% maiores vis-à-vis o segundo bimestre de 2008 (+R\$200,93 milhões). No acumulado, esta rubrica apresenta variação positiva de 42,2% (+R\$182,69 milhões). Das despesas que compõem esta rubrica, os investimentos ficaram 70,7% maiores frente ao segundo bimestre de 2008 (+20,8% no acumulado). As inversões financeiras apresentaram incremento de 197,2% (+R\$3,14 milhões) no bimestre e 506,5% no acumulado do ano, devido à aquisição via desapropriação, no valor de R\$ 13 milhões, ocorrida no 1º bimestre deste ano, do prédio onde funcionava a casa de dança *Help*, e onde se prevê a instalação do Museu da Imagem e do Som. Houve ainda aumento de 74,7% nas despesas de amortização da dívida (+R\$126,54 milhões), frente ao 2º bimestre de 2008. No acumulado do ano, já foram destinados R\$413,85 milhões para amortização de dívida, fato que representa um aumento de 47,9% frente aos quatro primeiros meses de 2008.

II.2 Resultado Primário⁷

O resultado primário no 2º bimestre de 2009 ultrapassou em 115,3% o ocorrido no mesmo período do ano passado (Tabela 4), alcançando R\$586,88 milhões. Esse incremento é reflexo de elevação absoluta das receitas (20,3%) – especialmente as tributárias – frente às despesas não-financeiras (15%). No acumulado do ano, o resultado primário encontra-se 27,5% maior do que no período equivalente de 2008.

Tabela 4

RESULTADO PRIMÁRIO

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-FEV 2008/ JAN-FEV 2009

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		var %	R\$ milhões		var %
	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR-ABR)			EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-ABR)		
	2008	2009		2008	2009	
RECEITA (A)	5.308,06	6.408,58	20,7%	12.088,56	13.589,11	12,4%
RECEITAS FINANCEIRAS (B)	99,04	143,84	45,2%	186,86	271,45	45,3%
RECEITA NÃO-FINANCEIRA (C)	5.209,02	6.264,74	20,3%	11.901,70	13.317,66	11,9%
DESPESA* (D)	5.504,84	6.512,15	18,3%	11.367,43	12.531,67	10,2%
DESPESAS FINANCEIRAS (E)	568,47	834,29	46,8%	1.020,19	1.196,20	17,3%
DESPESA NÃO-FINANCEIRA (F)	4.936,37	5.677,86	15,0%	10.347,24	11.335,47	9,6%
RESULTADO PRIMÁRIO (C-F)	272,65	586,88	115,3%	1.554,47	1.982,19	27,5%

⁶ Maiores explicações na seção V Administração Financeira, a respeito de R\$ 147,55 milhões registrados em Março.

⁷ O resultado primário aqui, diferentemente do que ocorre no governo federal, é apurado pelo valor liquidado, e não pelo empenhado.



III. Receita Estadual

Nos quatro primeiros meses de 2009, a receita estadual alcançou R\$13.589,11 milhões, com crescimento de 12,4% em relação ao mesmo período de 2008. No bimestre, a elevação frente ao mesmo período do ano anterior foi de 20,7%. Deste total, mais de 99% foram decorrentes do incremento das receitas correntes, descritas a seguir.

III.1 Receitas Correntes

As receitas correntes alcançaram R\$13.503,34 milhões até abril de 2009, 12,5% a mais em relação ao mesmo período de 2008. No 2º bimestre, o montante foi de R\$6.356,41 milhões, 20,9% maior frente ao 2º bimestre do ano anterior. As receitas tributárias do primeiro quadrimestre de 2009 ultrapassaram o valor correspondente de 2008 em 16,6%, enquanto as receitas tributárias do 2º bimestre superaram aquelas do respectivo bimestre de 2008 em 22,0%.

As receitas patrimoniais do 2º bimestre de 2009 foram 6,1% inferiores que o mesmo bimestre de 2008; as receitas do primeiro quadrimestres foram 8,6% menores. O decréscimo das receitas patrimoniais reflete principalmente os baixos preços internacionais do Petróleo, que persistem desde o último trimestre de 2008.

As transferências correntes, por sua vez, apresentaram crescimento de 18,8% em relação ao 2º bimestre de 2008 (+23,0% no ano), aí incluída a devolução de parte dos recursos aplicados pelo Estado no FUNDEB; as receitas de serviços sofreram redução de 57,2% (-69,6% nos quatro primeiros meses em comparação com 2008), como reflexo da alteração da classificação das receitas oriundas dos serviços prestados pelo DETRAN-RJ (vistoria, emissão de documentos, etc.) cuja classificação atual as enquadra como receitas de Taxas (tributárias), em cumprimento a determinação do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ).

Tabela 5

DECOMPOSIÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - MAR-ABR 2008/ MAR-ABR 2009

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR-ABR)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-ABR)		var %
	2008	2009		2008	2009	
TRIBUTÁRIA	3.473,39	4.238,30	22,0%	7.593,40	8.853,70	16,6%
CONTRIBUIÇÕES	114,44	141,83	23,9%	244,00	284,77	16,7%
PATRIMONIAL	733,25	688,80	-6,1%	2.299,28	2.101,82	-8,6%
AGROPECUÁRIA	0,00	0,01	138,2%	0,01	0,02	59,3%
INDUSTRIAL	0,21	0,22	1,9%	0,46	0,37	-20,6%
DE SERVIÇOS	149,15	63,83	-57,2%	326,19	99,17	-69,6%
TRANSF. CORR.	667,16	792,33	18,8%	1.298,17	1.596,26	23,0%
OUTRAS CORR.	120,74	431,10	257,0%	237,57	567,22	138,8%
REC. CORR.	5.258,34	6.356,41	20,9%	11.999,08	13.503,34	12,5%
REC. CAPITAL	49,72	52,18	4,9%	89,48	85,77	-4,1%
Total	5.308,06	6.408,58	20,7%	12.088,56	13.589,11	12,4%



III.1.1 Receita Tributária

A arrecadação da receita tributária até Abril de 2009 foi de R\$8.853,70 milhões, 16,6% a mais em relação ao mesmo período de 2008 (Tabela 6). Na comparação com o 2º bimestre do ano passado, a receita tributária foi 22,0% maior, aí incluindo o efeito da reclassificação das taxas do DETRAN da rubrica de receita de serviços para receita tributária. Expurgada essa mudança, as variações ficam em 18,8% no bimestre e 13,0% no acumulado do ano.

No 2º bimestre, 71,3% da receita tributária se deve ao recolhimento do ICMS (69,5% no acumulado do ano). No período março/abril, a arrecadação deste tributo alcançou R\$3.024,61 milhões (+15,8% em relação mesmo período de 2008). Nos quatro primeiros meses do ano, o ICMS acumulou o montante de R\$6.161,07 milhões, 10,4% a mais que o ano anterior.

A estabilidade da arrecadação do ICMS no Rio de Janeiro, apesar das flutuações da economia nacional e do Estado (Box 1), explica-se em parte pela composição de sua base, com forte presença de setores como eletricidade (17,7% do arrecadado com ICMS), telefonia (16,9%) e combustíveis (12,6%), cuja demanda apresenta baixa elasticidade (Tabela 6.1). No caso da eletricidade houve ainda aumento de tarifa para a principal distribuidora.

Por outro lado, o setor da Metalurgia e Siderurgia teve uma queda de 34,6% no acumulado do ano e 32,2% no bimestre, passando de 6º lugar no começo de 2008 para 10ª posição em 2009. Outros setores com quedas significativas na arrecadação de ICMS também têm natureza industrial, tais como o de Eletroeletrônico (-24,8% no ano e -23,3% no bimestre) e o de Transporte Viário (-3,1% nos quatro meses do ano e +3,1% no bimestre).

O Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF – apresentou um crescimento 18,5% no bimestre e 15,9% no período janeiro/abril, em relação a 2008. O aumento desta receita calculada sobre a remuneração do funcionalismo estadual se deve, em parte, a acréscimos salariais e novas

A arrecadação da receita tributária nos primeiros quatro meses de 2009 foi de R\$8.853,70 milhões, correspondente a um aumento de 16,6% em relação ao mesmo período de 2008. Expurgando-se a reclassificação das taxas do DETRAN, o aumento alcança 13%.

Tabela 6

RECEITA TRIBUTÁRIA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - MAR-ABR 2008/ MAR-ABR 2009

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR-ABR)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-ABR)		var %
	2008	2009		2008	2009	
RECEITA TRIBUTÁRIA	3.473,39	4.238,30	22,0%	7.593,40	8.853,70	16,6%
ICMS	2.612,32	3.024,61	15,8%	5.579,67	6.161,07	10,4%
Adicional do ICMS	289,05	334,31	15,7%	610,71	672,68	10,1%
IRRF	156,92	185,98	18,5%	332,28	385,13	15,9%
IPVA	302,99	382,38	26,2%	850,71	1.052,84	23,8%
ITD e ITBI	36,06	40,10	11,2%	78,78	74,86	-5,0%
Taxas	76,04	270,92	256,3%	141,25	507,12	259,0%

Tabela 6.1

ARRECAÇÃO DE ICMS POR ATIVIDADE ECONÔMICA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - BIMESTRAL E ACUMULADO 2008/2009

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR-ABR)		part % 2009	var % 09/08	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-ABR)		part % 2009	var % 09/08
	2008	2009			2008	2009		
BEBIDAS	138,29	164,48	5,4%	18,9%	327,10	344,48	5,6%	5,3%
EDITORIAL E GRÁFICA	66,82	78,21	2,6%	17,0%	141,40	155,01	2,5%	9,6%
ELETROELETRÔNICO	38,81	29,77	1,0%	-23,3%	82,02	61,69	1,0%	-24,8%
ENERGIA ELÉTRICA	418,41	536,53	17,7%	28,2%	869,06	1.011,59	16,4%	16,4%
METALURGIA / SIDERURGIA	147,12	99,76	3,3%	-32,2%	276,94	181,86	3,0%	-34,3%
PERFUMARIA / COSMÉTICOS	66,61	70,16	2,3%	5,3%	131,93	142,08	2,3%	7,7%
PETROLÍFERA / PETROQUÍMICA	301,96	380,10	12,6%	25,9%	687,05	778,22	12,6%	13,3%
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	75,64	97,81	3,2%	29,3%	152,91	186,99	3,0%	22,3%
PRODUTOS FARMACÊUTICOS	98,98	135,49	4,5%	36,9%	196,17	240,93	3,9%	22,8%
QUÍMICA	89,52	115,57	3,8%	29,1%	188,23	229,78	3,7%	22,1%
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO	504,48	510,86	16,9%	1,3%	1.043,02	1.082,51	17,6%	3,8%
SERVIÇOS DE TRANSPORTE	30,87	36,05	1,2%	16,8%	64,76	72,44	1,2%	11,9%
SUPERMERCADOS (ATAC/VAREJO)	121,67	139,57	4,6%	14,7%	294,81	323,58	5,3%	9,8%
TÊXIL / VESTUÁRIO	50,79	80,08	2,6%	57,7%	143,74	183,00	3,0%	27,3%
TRANSPORTE VIÁRIO	88,83	102,02	3,4%	14,8%	183,41	177,78	2,9%	-3,1%
OUTROS	373,50	448,14	14,8%	20,0%	799,79	989,12	16,1%	23,7%
TOTAL	2.612,32	3.024,60	100,0%	15,8%	5.582,33	6.161,06	100,0%	10,4%



admissões nas áreas de saúde, educação e segurança, após o 1º bimestre de 2008 (8% reajuste salarial de segurança e educação; 5% de aumento salarial dos poderes legislativo e judiciário).

A arrecadação do IPVA apresentou crescimento de 26,2% no segundo bimestre de 2009 e 23,8% no acumulado do ano, em relação ao mesmo período de 2008. Este desempenho se associa à ação repressiva desenvolvida pelo DETRAN/RJ a partir do final de 2008, evidenciado pelo aumento de apreensões de veículos nos meses recentes. As apreensões chegaram a 4.036 veículos até o dia 18 de maio.

A arrecadação do IPVA aumentou 26,2% no segundo bimestre de 2009, e 23,8% no acumulado do ano, em relação ao mesmo período de 2008, decorrentes principalmente da ação repressiva do DETRAN/RJ nos meses recentes.

O Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doações – ITD – apresentou elevação no 2º bimestre de 11,2% em relação a 2008, mantendo ainda redução de 5% no acumulado do ano, explicada em parte por algumas doações excepcionais de valores mobiliários em 2008.

No 2º bimestre de 2009, o crescimento das receitas de Taxas, em relação aos períodos equivalentes de 2008, foi de 256,3% no bimestre e 259,0% nos quatro primeiros meses do ano. Este crescimento está relacionado à arrecadação da Taxa de Controle e Fiscalização do Trânsito e da Taxa de Serviços de Trânsito (ambas arrecadas pelo DETRAN), antes classificadas em receitas de Serviços (até 2008).

As taxas do DETRAN totalizam 41,1% (+R\$111,41 milhões) do incremento no recolhimento total de Taxas no bimestre. No período de janeiro a abril, elas corresponderam a 53,9% (+R\$273,26 milhões). Retirando-se os valores do DETRAN, as variações seriam de 109,8% em relação ao 2º bimestre de 2008 e 65,6% frente ao acumulado nos quatro primeiros meses do ano passado.

Observe-se que na comparação das Receitas de Serviço também passaram a ser excluídas as receitas decorrentes da venda de serviços de água tratada, saneamento, etc., executadas pela empresa CEDAE.

Tabela 7

RECEITA DE TAXAS

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - MAR-ABR 2008 / MAR-ABR 2009

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR-ABR)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-ABR)		var %
	2008	2009		2008	2009	
	Taxas	76,04	270,92	256,3%	141,25	507,12
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	3,34	59,67	1685,8%	5,98	158,28	2544,7%
Taxa de Controle e Fiscalização do Trânsito	0,00	56,57	0,0%	0,00	151,41	0,0%
Outras	3,34	3,09	-7,4%	5,98	6,87	14,9%
Taxas pela Prestação de Serviços	72,70	211,25	190,6%	135,26	348,84	157,9%
Emolumentos e Custas Judiciais	35,84	44,97	25,5%	64,90	80,47	24,0%
Emolumentos e Custas Extrajudiciais	29,50	31,43	6,5%	55,16	59,59	8,0%
Outras Taxas pela Prestação de Serviços	7,36	134,85	1732,9%	15,21	208,78	1273,0%
Taxa de Serviços de Trânsito	0,00	54,84	0,0%	0,00	121,85	0,0%
Outras	7,36	80,02	987,6%	15,21	86,93	471,7%

O crescimento das receitas de Taxas, em relação aos períodos equivalentes de 2008, foi de 256,3% no bimestre, e 259,0% nos quatro primeiros meses do ano. Retirando os valores do DETRAN, a variação de fato seria de 109,8% em relação ao 2º bimestre de 2008, e 65,6% frente ao acumulado nos quatro primeiros meses do ano passado.



III.1.2 Receita Patrimonial e Royalties

A Receita Patrimonial alcançou o montante de R\$2.101,82 milhões (-8,6%) no acumulado dos quatro primeiros meses de 2009 e R\$688,80 milhões (-6,1%) no segundo bimestre (Tabela 8). A variação negativa em relação ao período correspondente de 2008 se deve principalmente pela queda nas receitas provenientes de Royalties – que apresentaram queda de 32,4% no bimestre e 30,1% nos quatro primeiros meses do ano em relação ao ano passado – e Participações Especiais (PE) do Petróleo, cuja queda foi de 15,7%⁸.

A queda da receita de participações governamentais sobre a produção de petróleo e gás reflete, entre outros fatores, o baixo nível dos preços internacionais do petróleo vigente a partir do último trimestre de 2008. Tal fator preponderou frente ao aumento da produção e da taxa de câmbio média em relação aos mesmos períodos de competência⁹ de 2008 (Tabela 8.1). A menor queda da PE em relação aos royalties se liga ao crescimento da produção de Roncador, que reforçou a produção de grandes campos.

O valor dos resgates de CFTs efetuados no 2º bimestre de 2009 foi 3,8% maior que o realizado no mesmo período de 2008 (+4,6% no período janeiro/abril), devido principalmente ao reajuste do valor de resgate pelo IGP. Assinale-se que a receita decorrente do resgate destes títulos advém de uma permuta de haveres com o Tesouro Nacional, ainda que seja convencionalmente contabilizada como receita corrente do Estado. De fato, ao adquirir os CFTs, o Estado cedeu ativos associados aos recebíveis das receitas estaduais da produção de petróleo e gás à União até 2014. Estabeleceu-se, assim, um fluxo de pagamentos em ambas as direções como decorrência desta troca de ativos. Tal fluxo hoje aparece como receita –

Tabela 8

RECEITA PATRIMONIAL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - MAR-ABR 2008/ MAR-ABR 2009

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR-ABR)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-ABR)		var %
	2008	2009		2008	2009	
RECEITA PATRIMONIAL	733,25	688,80	-6,1%	2.299,28	2.101,82	-8,6%
Petróleo	325,12	219,72	-32,4%	1.487,28	1.160,49	-22,0%
Royalties	324,74	219,47	-32,4%	646,12	451,86	-30,1%
Part. Especial	0,00	0,00	0,0%	840,41	708,10	-15,7%
FEP	0,38	0,25	-34,5%	0,76	0,52	-31,0%
CFT's	348,40	361,50	3,8%	694,12	725,91	4,6%
Aplic. Financeiras	50,69	98,03	93,4%	99,14	194,15	95,8%
Demais Rec. Patrimoniais	9,03	9,55	5,7%	18,73	21,28	13,6%

Tabela 8.1

Discriminação	Jan-Fev 2008	Jan-Fev 2009	Var. %
Produção (milhões de bbl)	86,20	95,50	10,8%
Brent (US\$/bbl)	93,58	43,38	-53,6%
Taxa de Câmbio (R\$/US\$)	1,75	2,31	31,9%

⁸ Não há receita de Participações Especiais no segundo bimestre. Esta é arrecadada apenas nos meses de Fevereiro, Maio, Agosto e Novembro.

⁹ As receitas de Royalties são provenientes de preços de produção de dois meses anteriores, e as receitas de Participações Especiais são referentes ao último trimestre de 2008.

ampliando a receita corrente líquida – e despesa, não obstante em grande parte suas duas componentes se cancelarem por serem imagens invertidas de uma mesma transação.

Como decorrência da organização dos fluxos de caixa do Estado e da melhor aplicação de eventuais saldos, o retorno das aplicações financeiras alcançou R\$ 98,03 milhões no 2º bimestre (R\$194,14 milhões no acumulado do ano), representando aumento de 93,4% em relação ao mesmo período de 2008 (+95,8% no acumulado do ano).

III.1.3 Receita de Transferências

Apesar da frustração de algumas transferências da União, a receita de transferências foi de R\$792,33 milhões no 2º bimestre de 2009 e R\$1.596,26 milhões no período janeiro/abril do ano, representando 18,8% a mais no bimestre e 23,0% no ano, comparando os mesmos períodos de 2008 (Tabela 9).

Parte significativa do crescimento é decorrente do incremento no retorno dos recursos do FUNDEB ao Estado (+R\$123,53 milhões em relação ao 2º bimestre de 2008, e +R\$195,55 milhões no ano), Convênios (R\$14,74 milhões a mais que o 2º bimestre de 2008 e R\$37,83 milhões a mais no acumulado do ano) e do SUS (+R\$75,36 milhões em relação ao 2º bimestre de 2008, e +R\$113,73 milhões no ano).

Do total da receita de transferências recebidas no bimestre, 50,5% correspondem às Transferências constitucionais ou legais da União, dentre as quais se destacam as rubricas: FPE, IPI-exportação e Salário-Educação. A primeira apresentou no período março/abril de 2009 redução de 8,4% (-5,8% no período janeiro/abril) em relação ao mesmo período do ano de 2008. A segunda teve redução de 32,9% no bimestre e 15,6% no ano.

A redução nos repasses de FPE e IPI-exportação está diretamente relacionado à recente desoneração do IPI (que junto com o Imposto de Renda compõe o FPE) para alguns

A receita de aplicações financeiras cresceu 93,4% no bimestre frente o mesmo período de 2008, como decorrência da organização dos fluxos de caixa do Estado e da melhor aplicação de eventuais saldos financeiros

Tabela 9

RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - MAR-ABR 2008/ MAR-ABR 2009

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR-ABR)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-ABR)		var %
	2008	2009		2008	2009	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS	667,16	792,33	18,8%	1.298,17	1.596,26	23,0%
Transf da União	414,69	400,37	-3,5%	783,46	847,19	8,1%
FPE	114,67	105,02	-8,4%	243,46	229,35	-5,8%
IPI exp	85,57	57,41	-32,9%	164,32	138,63	-15,6%
IOF	0,01	0,03	80,8%	0,03	0,03	-6,1%
CIDE	23,71	1,43	-94,0%	48,00	15,54	-67,6%
SUS	90,49	165,85	83,3%	209,83	323,56	54,2%
Salário Educação	67,13	45,43	-32,3%	84,72	100,52	18,7%
Lei Kandir	28,59	14,30	-50,0%	28,59	28,59	0,0%
Demais Transf. da União	4,51	10,90	142,0%	4,52	10,97	142,9%
FUNDEB	236,74	360,27	52,2%	486,06	681,61	40,2%
Convênios	15,20	29,94	97,0%	27,65	65,48	136,8%
Outras Transf. Corr.	0,53	1,75	228,7%	1,00	1,98	97,9%

A redução nos repasses de FPE e IPI-exportação está relacionada à desaceleração da produção industrial no país no final de 2008 e a subsequente desoneração do IPI para alguns setores.



dos setores, na esteira da desaceleração da economia mundial.

Já no caso do Salário-Educação ocorreu uma redução de 32,3% frente ao 2º bimestre de 2008, porém houve aumento de 18,7% no acumulado do ano, explicado por variações excepcionais em 2008.

A redução da CIDE decidida anteriormente pela União para acomodar os custos de produção dos combustíveis em face ao aumento do preço do petróleo em 2008 combinou-se mais recentemente aos efeitos de alterações contábeis da maior empresa de combustíveis do país, resultando em uma queda de 67,6% da receita desta contribuição nos quatro primeiros meses do ano, comparados com 2008 e de 94,0% no 2º bimestre.

Os R\$360,27 milhões de transferências do FUNDEB recebidos no 2º bimestre de 2009 (R\$681,61 milhões no período janeiro/abril), que representam um crescimento de 52,2% frente ao mesmo período do ano anterior (+40,2% no ano), são essencialmente financiados pelo próprio Estado, cujo aporte ao Fundo é maior do que as transferências recebidas da União, e sofreram influência decisiva do aumento das participações no total dos tributos que compõem a cesta de recursos de origem deste fundo¹⁰. A “perda líquida” do Estado sofreu um incremento de R\$31,86 milhões em relação ao segundo bimestre de 2008 (+17,1%), e R\$59,80 milhões frente aos quatro primeiros meses do ano passado (+14,1%).

Com relação aos convênios, realizados em sua maioria com a União, houve uma variação positiva de 97,0% em relação ao 2º bimestre de 2008, alcançando R\$35,5 milhões. Nos quatro primeiros meses de 2009, esta rubrica somou R\$65,48 milhões, que representa um acréscimo de 136,8% frente ao mesmo período do ano passado. Este desempenho é reflexo do atual ritmo do cronograma de

O aumento em R\$ 155,39 milhões do aporte do Estado para o FUNDEB no 2º bimestre de 2009 em relação ao mesmo período de 2008 foi maior do que o aumento das transferências do FUNDEB para o Estado no mesmo bimestre (+R\$ 123,53 milhões), aumentando a “perda líquida” do Estado, isto é o valor da transferência efetiva para os municípios, em R\$ 31,86 milhões.

Os convênios tiveram variação de 97% em relação ao 2º bimestre de 2008, e 136,8% frente aos quatro primeiros meses do ano passado. Este desempenho é reflexo do aprimoramento no cronograma de execução das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

¹⁰ A partir de 2009, todos os tributos que compõem a cesta de recursos do FUNDEB passaram a ter alíquota de 20% de contribuição. Até 2008, alguns tributos contribuía com 18,33%, enquanto outros contribuía com 13,33%.



execução das obras do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

III.1.4 Demais Receitas Correntes

As Demais Receitas Correntes apresentaram alta de 65,6% no 2º bimestre de 2009 e 17,7% no quadrimestre em relação aos mesmos períodos do ano anterior. Deste crescimento, a maior parte se explica pelo efeito do encontro de contas entre CEDAE e Estado, que resultou no pagamento de aproximadamente R\$300 milhões à Dívida Ativa, referentes a ICMS não recolhido em anos passados.

Tanto no 2º bimestre de 2009, quanto no acumulado dos quatro primeiros meses, houve um importante aumento da Receita de Contribuições (+ 23,9% no bimestre; +16,7% no acumulado do ano), assim como em Multas e Juros de Mora (+25,2% no bimestre; +23% no ano), acompanhados por uma queda de 32,5% no bimestre (-31,3% no ano) em Indenizações e Restituições.

O aumento da arrecadação oriunda de “Multas e Juros de Mora” em R\$19,50 milhões (+R\$16,39 milhões no ano), deve-se em grande parte ao pagamento de IPVA atrasados por parte de contribuintes.

A constituição de crédito tributário vem sendo aprimorada, com maior velocidade no julgamento em instâncias administrativas dos autos impugnados. O bom desempenho da Junta de Revisão Fiscal – JRF e do Conselho de Contribuintes vem dando contribuição expressiva à Dívida Ativa. No primeiro quadrimestre de 2008 foram inscritos R\$867,56 milhões na Dívida Ativa. Como parte deste processo tem havido um crescente controle dos processos no âmbito da Junta e do Conselho. Em particular, a JRF tem dedicado especial atenção à redução do prazo de devolução dos processos enviados às repartições fiscais para esclarecimento dos autos.

Nos últimos três anos, aproximadamente 4.000 autos foram enviados em diligência, dos quais quase 3.000 já foram devolvidos (Box 2), permitindo que muitos desses

Tabela 10

DEMAIS RECEITAS CORRENTES

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - MAR-ABR 2008/ MAR-ABR 2009

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR-ABR)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-ABR)		var %
	2008	2009		2008	2009	
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	384,54	636,98	65,6%	808,23	951,55	17,7%
Receita de Contribuições	114,44	141,83	23,9%	244,00	284,77	16,7%
Receita Agropecuária	0,00	0,01	138,2%	0,01	0,02	59,3%
Receita Industrial	0,21	0,22	1,9%	0,46	0,37	-20,6%
Receita de Serviços	149,15	63,83	-57,2%	326,19	99,17	-69,6%
Multas e Juros de Mora	37,73	47,23	25,2%	71,28	87,67	23,0%
Indenizações e Restituições	16,46	10,94	-33,5%	31,75	21,83	-31,3%
Dívida Ativa	11,40	310,31	2620,9%	27,54	321,92	1068,9%
Receitas Diversas	55,15	62,62	13,5%	106,99	135,80	26,9%

No primeiro quadrimestre de 2009 foram inscrito R\$ 867,56 milhões na dívida ativa.



processos — alguns datando de quase uma década — fossem concluídos, pela extinção, pagamento ou envio à Dívida Ativa.

III.2 Receitas de Capital

As receitas de capital, que incluem o desembolso de empréstimos, apresentaram elevação no segundo bimestre de 2009 de pouco menos de 5%. No acumulado do ano, entretanto, esta rubrica apresentou variação negativa de 4,1% (Tabela 11).

Da mesma forma que no ano de 2008, as Operações de Crédito, mesmo sofrendo queda (-51,8% frente ao 2º bimestre de 2008; -34% frente aos quatro primeiros meses do ano passado), ainda é uma rubrica de grande representatividade nas Receitas de Capital (39,8% no acumulado em 2009 e 57,8% em 2008).

Estes desembolsos (Operações de Crédito) totalizaram R\$9,75 milhões no 2º bimestre, sendo R\$7,75 milhões referentes às obras de expansão do metrô, financiadas pelo BNDES, e R\$2,00 milhões do PMAE (Programa de Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial do Estado), também financiado pelo BNDES.

Tabela 11

RECEITA DE CAPITAL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - MAR-ABR 2008/
MAR-ABR 2009

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR-ABR)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-ABR)		var %
	2008	2009		2008	2009	
RECEITAS DE CAPITAL	49,72	52,18	4,9%	89,48	85,77	-4,1%
Operações de Crédito	20,26	9,75	-51,8%	51,71	34,13	-34,0%
Alienação de Bens	0,03	0,43	0,0%	0,04	0,45	1185,8%
Amortiz. de Empréstimos	28,06	35,62	27,0%	35,96	42,71	18,8%
Transf. de Capital	0,82	6,36	675,4%	1,22	8,47	595,8%
Outras Rec. de Capital	0,55	0,00	-100,0%	0,55	0,00	-100,0%

**BOX 1 – PANORAMA DA ECONOMIA FLUMINENSE**

Enquanto a indústria extrativa do Estado do Rio de Janeiro — ERJ acumulou crescimento de 17,9% nos doze meses até março de 2009, a produção industrial de transformação apresentou queda de 13,8% (Tabela abaixo e primeiro Gráfico). A queda desta foi maior que aquela observada na produção industrial de transformação do Brasil como um todo. No entanto, há sinais de recuperação em março. Nesse mês, o crescimento da produção em relação a fevereiro foi de 15,6% no ERJ, elevação semelhante à nacional (16,6%). Com a recuperação da indústria de transformação e o crescimento da indústria extrativa, o uso da capacidade instalada no ERJ (79,7) supera o uso no Brasil (78,4) em março de 2009. As alterações da produtividade dos trabalhadores na indústria geral parecem acompanhar as mudanças na produção de modo muito próximo, principalmente no ERJ (segundo Gráfico), sugerindo que os trabalhadores da indústria geral continuam em seus postos de trabalho.

As vendas do comércio varejista tiveram forte redução em janeiro e fevereiro de 2009, tanto no ERJ como no Brasil. Essa queda, no entanto, não eliminou os ganhos acumulados no ano passado. Em fevereiro, o crescimento acumulado (doze meses) no ERJ foi de 6,4%, comparado a 3,8% no Brasil. Por outro lado, o índice de preço ao consumidor apresenta o mesmo comportamento no ERJ e no Brasil, acumulando em março aumento de 6,6% no ERJ e 6,3% no Brasil.

A oferta de trabalho no ERJ (captada pela população economicamente ativa) ficou relativamente estável. O que não ocorreu com os rendimentos do trabalho, os quais tiveram uma forte queda em janeiro de 2009 em relação a dezembro de 2008, após acumularem crescimento de 9% nos doze meses seguintes a fevereiro de 2008.

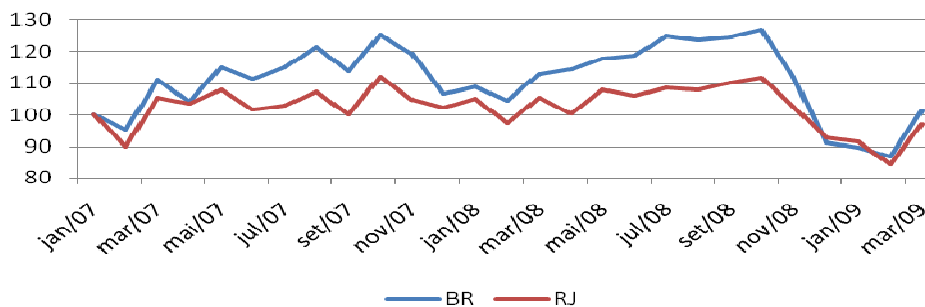
A taxa de desemprego do ERJ distinguiu-se da nacional. Ela não apresentou alta expressiva nos meses de janeiro, fevereiro (6,6%) e março (6,9%) no Estado, enquanto no Brasil ela aumentou em dois pontos percentuais. Igualmente, a queda do emprego formal foi bem menos acentuada no Estado do que no resto do País (terceiro Gráfico). O oposto ocorre com os trabalhadores sem carteira, cujo número acumula queda de 11,6% em março no caso do Estado e de 5,1% no país (Tabela a seguir).

PANORAMA DA ECONOMIA FLUMINENSE							
PRODUÇÃO E VENDAS		Variação mensal (%)			Variação em 12 meses (%)		
		jan/09	fev/09	mar/09	jan/09	fev/09	mar/09
Produção na Indústria Extrativa (1)	BR	0,10%	-7,50%	17,30%	-18,40%	-18,80%	-10,40%
	ERJ	3,70%	-7,70%	14,30%	10,80%	9,40%	17,90%
Produção na Indústria de Transformação (1)	BR	-1,50%	-2,80%	16,60%	-17,40%	-16,70%	-9,90%
	ERJ	-2,60%	-8,10%	15,60%	-18,50%	-18,90%	-13,80%
Vendas no Varejo (2)	BR	-26,30%	-8,90%	-	6,00%	3,80%	-
	ERJ	-27,60%	-9,10%	-	7,80%	6,40%	-
ÍNDICE DE PREÇOS		Variação mensal (%)			Variação em 12 meses (%)		
		fev/09	mar/09	abr/09	fev/09	mar/09	abr/09
Índice de Preços ao Consumidor (3)	BR	0,20%	0,60%	0,50%	6,10%	6,30%	6,10%
	ERJ	0,20%	0,20%	0,30%	7,00%	6,60%	6,00%
OCUPAÇÃO E RENDA		Variação mensal (%)			Variação em 12 meses (%)		
		jan/09	fev/09	mar/09	jan/09	fev/09	mar/09
Pessoas Economicamente Ativas (4)	BR	-0,10%	-0,70%	0,70%	2,10%	1,10%	1,40%
	ERJ	-0,10%	-1,20%	-0,10%	1,60%	0,30%	-0,70%
Rendimento Médio do Trabalho (5)	BR	-20,80%	-0,80%	-	4,70%	4,50%	-
	ERJ	-20,00%	1,60%	-	8,50%	9,00%	-
Empregado sem carteira (6)	BR	-0,40%	-0,60%	-	-3,50%	-5,10%	-
	ERJ	-2,00%	-2,40%	-	-6,70%	-11,60%	-
DESOCUPAÇÃO E USO DA CAPACIDADE INSTALADA		Taxas					
		jan/09	fev/09	mar/09	jan/08	fev/08	mar/08
Taxa de Desocupação (7)	BR	8,2	8,5	9	8	8,7	8,6
	ERJ	6,6	6,4	6,9	6,4	7	6,7
Uso da Capacidade Instalada (8)	BR	76,3	76,5	78,4	81,5	81,8	82,6
	ERJ	78,2	79,3	79,7	80,6	79,7	79,9

Fonte: Elaboração própria da Sefaz-SSEE a partir de séries de dados do IBGE, FGV e IPEADATA.

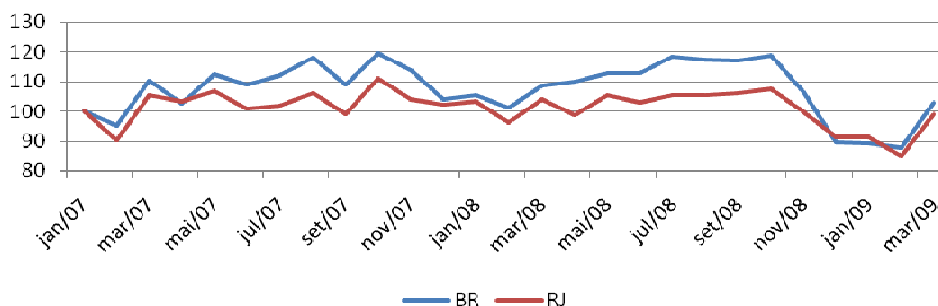
(1) Produção física industrial, PIM-IBGE. (2) Índice de receita nominal de vendas no comércio varejista, PMC-IBGE. (3) Índice de Preços ao Consumidor, IPC-RJ - FGVDADOS. (4) Pessoas economicamente ativas, PME-IBGE. (5) Rendimento médio real do trabalho principal, PME-IBGE. (6) População ocupada, sem carteira assinada, PME-IBGE / IPEADATA. (7) Taxa de desocupação das pessoas de 10 anos ou mais, PME-IBGE. (8) Utilização da Capacidade Instalada, FIRJAN (ERJ) e IPEADATA (BR). Observações: Variação (%) é a variação percentual mensal. Variação Acumulada (%) é a variação percentual acumulada em 12 meses. Os traços correspondem a valores não existentes no período proposto.

Produção da indústria geral (índice com base em jan/2007)



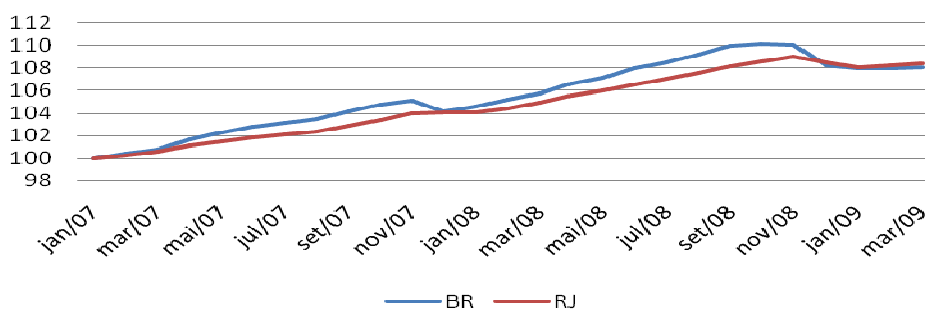
Fonte: Elaboração própria com dados da produção física da indústria geral (sem ajuste sazonal), PIM-IBGE.

Evolução da produtividade dos trabalhadores da indústria geral (Índice com base em jan/2007)



Fonte: Elaboração própria com dados da produção física e dos ocupados da indústria geral (sem ajuste sazonal), PIM/PIMES-IBGE.

Evolução do emprego formal (Índice com base em jan/2007)



Fonte: Elaboração própria com dados da RAIS, CAGED (BR) e CIDE (RJ).



BOX 2 – RESUMO DO COMPORTAMENTO DAS DILIGÊNCIAS PEDIDAS PELA JUNTA DE REVISÃO FISCAL – JRF EM 2006-2009

Quando uma empresa é autuada, ela pode impugnar este auto, que deverá ser julgado em duas instâncias administrativas, antes de eventualmente ser enviado para a Dívida Ativa. Essas instâncias são a Junta de Revisão Fiscal – JRF, composta por fiscais lotados especialmente para isso, e a seguir, o Conselho de Contribuintes, que é um órgão paritário, com representantes dos contribuintes e do Estado. O julgamento desses autos tem sido acelerado nos últimos anos – com grande redução no estoque de autos; o número na JRF caiu de mais de 16.000 em 2006 para três mil atualmente. No entanto, muitos dos autos mais antigos necessitam informações adicionais para poderem ser julgados. Neste caso, a Junta devolve o auto para uma das Inspetorias da Fazenda, para que se adicionem os elementos necessários ao processo – ou seja, o auto é baixado em diligência.

Nos últimos três anos e meios, do estoque existente em 2006, foram pedidas pela JRF às repartições fiscais quase 4.000 diligências para esclarecimento dos autos, sendo grande parte de processos anteriores a 2005. Destes pedidos, 2.995 já foram respondidos, sendo que em mais da metade dos casos, a devolução se deu em menos de 90 dias. De fato, mais de 80% das diligências foram concluídas em menos de seis meses, com apenas 4% exigindo mais de um ano para serem devolvidas.

Tempo médio das diligências pedidas desde 2006 e já concluídas

<i>N. dias aberta</i>	<i>Freqüência</i>	<i>Numero</i>	<i>Cumulativa</i>
1-10	4,2%	127	4,2%
10-30	14,5%	434	18,7%
31-50	14,6%	436	33,3%
51-90	22,0%	659	55,3%
91-120	11,2%	335	66,5%
121-180	15,8%	472	82,2%
180-360	14,2%	424	96,4%
361-500	2,0%	60	98,4%
501-730	1,2%	36	99,6%
731-1000	0,3%	10	99,9%
Mais de 1000	0,1%	2	100,0%
		2995	

No entanto, havia 758 diligências em aberto ao fim do primeiro quadrimestre de 2009 (aproximadamente 25% do total de autos ainda na Junta). Boa parte das diligências estão dentro do tempo regulamentar, com 1/3 do total em diligência a menos de três meses e metade a menos de meio ano. Mas, quase vinte e cinco por cento (¼) das diligências em aberto foram mandadas para as inspetorias há mais de um ano e um resíduo de mais de 10% há mais de dois anos.



Tempo médio das diligências pedidas desde 2006 e ainda abertas

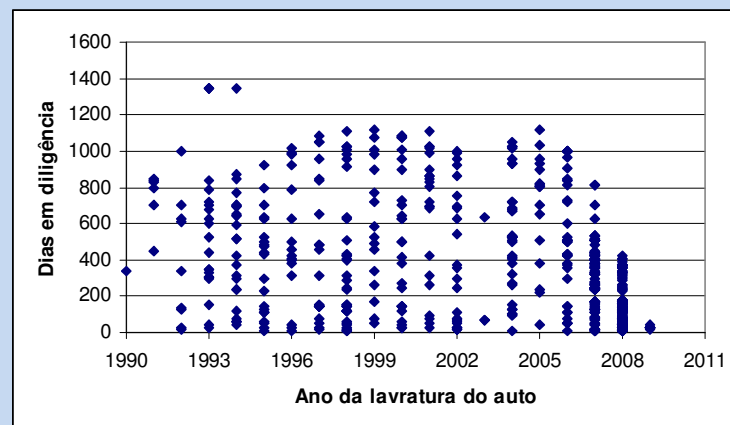
<i>Bloco</i>	<i>Freqüência</i>	<i>Freqüência</i>	<i>Freqüência</i>
1-10	1%	11	1%
10-30	17%	131	19%
31-50	4%	34	23%
51-90	10%	73	33%
91-120	4%	28	37%
121-180	16%	119	52%
180-360	12%	92	64%
361-500	12%	92	77%
501-730	11%	85	88%
731-1000	7%	56	95%
Mais	5%	37	100%
		758	

A maior parte das diligências em aberto corresponde a autos antigos – muitos com mais de quinze anos desde a data de lavratura. De fato, tipicamente são esses autos que estão em diligência há mais tempo, enquanto os autos mais recentes – quando precisam ir à diligência, tendem a regressar mais rápido.

Data de Lavratura dos Autos em Diligencia (Maio 2009)

<i>Data Lavratura</i>	<i>N. Autos</i>
Até 1995	86
1996-2000	115
2001-2005	104
2006	39
2007	118
2008	282
2009	14
TOTAL	758

Distribuição # de dias em diligência dos pedidos em aberto, por data de lavratura do auto (Maio 2009)



As quinze repartições com mais diligências acumulam 569 dos 758 processos em aberto, no valor de R\$570



milhões, dos quais 385 processos estão em aberto há mais de três meses e 186 há mais de um ano. O prazo médio das diligências em aberto nestas 15 repartições é de 313 dias (aproximadamente 10 meses). De fato, há várias inspetorias com prazo acumulado próximo a um ano e algumas repartições com prazos acima de 15 meses. As inspetorias especializadas (1-12) tendem a apresentar prazo médio menor – próximo a sete meses, exceto na IFE 4 – Petróleo (10 meses), IFE 12 – Autopeças (13 meses) e IFE 6 – Substituição Tributária (16 meses). Algumas inspetorias regionais apresentam estoques que, ainda que por vezes pequenos, estão em aberto há mais de dois anos.

Número de processos e tempo médio das diligências pedidas desde 2006 e ainda em abertas, nas Repartições Fiscais com maior número de diligências em aberto

Repartição Fiscal responsável pela Diligência	Numero de Processos por dias em diligência				Tempo em Diligência Media (meses)
	Total	>90	>360	>1000	
7	94	74	18	-	7
5	64	38	11	3	8
1	60	30	16	1	7
10	46	31	14	-	7
6410	43	30	16	4	12
6403	37	27	21	8	16
4	32	20	12	-	10
6412	31	22	12	1	9
6	29	24	20	3	16
6409	27	17	14	5	16
1701	26	17	5	-	7
6415	26	16	11	2	10
3	18	9	1	1	5
12	18	14	8	-	13
4901	18	16	7	-	11
15 Maiores	569	385	186	28	

A paulatina redução do tempo médio em diligência, assim como da proporção de autos necessitando voltar para diligências, é um dos principais objetivos da Receita do Estado. Ela vem sendo observada pela gradual melhora da qualidade dos autos, aumento do número de fiscais ativos (após dois concursos recentes) e melhor programação das atividades nas diferentes inspetorias. A Corregedoria Externa da Fazenda tem também se mobilizado para colaborar neste esforço, especialmente no que tange aos autos mais antigos, cuja conclusão é importante, ainda no caso em que possa haver decadência ou prescrição de direitos.

IV. Despesa do Estado do Rio de Janeiro

Ao final do segundo bimestre, o Estado reavaliou os riscos para o cumprimento das metas fiscais, à luz da evolução da receita, e concluiu ser possível ampliar os limites de gastos para o ano, na forma do Artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF. O contingenciamento original do orçamento deu-se essencialmente por causa da redução das receitas de petróleo e da postergação da venda de parte das ações da CEDAE, inicialmente planejada para 2009. Ao final do 2º bimestre, o

Tabela 12
EXECUÇÃO DA DESPESA TOTAL
JAN-ABR 2008 / JAN-ABR 2009

R\$ milhões					
ANO	DOTAÇÃO	CONTING.	DISPONÍVEL	LIQUIDADO JAN-ABR	% LIQU. / DISPONÍVEL
2008	35.970	250	35.720	11.367	31,82%
2009	42.111	1.111	41.000	12.532	30,56%

* Desconsideradas as despesas intra-orçamentárias.

** Exclui Imprensa Oficial e CEDAE



contingenciamento no âmbito do Poder Executivo passa de R\$1,63 bilhão para R\$1,11 bilhão. Dos R\$522,54 milhões liberados, R\$200 milhões têm origem no saldo financeiro da Fonte de Recursos 01 (Recursos não provenientes de Impostos) apurado quando do fechamento das Contas de Gestão/2008, R\$300 milhões advêm da Dívida Ativa, decorrentes da liquidação de parte dos débitos da CEDAE para com o Estado e, R\$22,54 milhões, são reflexos no FUNDEB do aumento de arrecadação da Dívida Ativa. Diante dessas evidências, foi publicado novo Cronograma de Desembolso, direcionando recursos para despesas prioritárias, com destaque para os incrementos nas áreas de obras e habitação (R\$191,62 milhões), Educação (R\$104,61 milhões), Transferências Constitucionais (R\$87,54 milhões), Turismo (R\$27,15 milhões), Assistência Social (R\$25,11 milhões), e Segurança (R\$24,26 milhões).

O limite de empenho anual foi então fixado em R\$41 bilhões, aí já incluídas as alterações orçamentárias registradas no período. Em relação à dotação inicialmente aprovada na Lei nº 5.369, o orçamento de 2009 aumentou R\$168,75 milhões em decorrência da incorporação de superávit financeiro de recursos diretamente arrecadados por autarquias, fundações, fundos e empresas, ou ainda pela formalização de novos convênios.

Nos quatro primeiros meses de 2009, a execução da despesa ¹¹ – descontada aquela intra-orçamentária – alcançou um valor liquidado de R\$ 12,53 bilhões¹² (Tabela 12). Quando comparada com a previsão para o ano, a execução foi de 30,5%, contra 31,8% em 2008, não obstante a antecipação de recursos disponíveis para empenho. Especificamente, a cota orçamentária do 1º quadrimestre aumentou de R\$15,57 bilhões para R\$16,16 bilhões (+ R\$594,14 milhões), por conta da antecipação

Ao final do segundo bimestre, houve o descontingenciamento de R\$ 500 milhões, por conta do reconhecimento de superávit financeiro em algumas contas, e o pagamento da dívida da CEDAE como parte de um encontro de contas autorizado pela ALERJ

Tabela 13
UTILIZAÇÃO DA COTA ORÇAMENTÁRIA PODER EXECUTIVO
1º Quadrimestre 2009

R\$ Mil				
Cota Orçamentária Liberada - 1º Quad	Cota Empenhada	% Empenho / Cota	Cota Liquidada	% Liquidado / Cota
16.164.608	13.287.283	82,2%	11.869.550	73,4%

*Inclui despesas intra-orçamentárias no valor de R\$416 milhões

**Exclui CEDAE e IO

¹¹ A despesa é analisada pela ótica da liquidação nesta seção.

¹² Estes valores já refletem a declaração de não-dependência da CEDAE, seguindo o que foi feito a partir do último bimestre de 2008, em relação à Imprensa Oficial, que também é não dependente.



dos limites de alguns órgãos e pela imediata liberação de parte da receita adicional reconhecida no final do bimestre.

Destarte, houve certa folga na execução orçamentária do Executivo, com o empenho de apenas 82,2% da cota disponível, e liquidação de apenas 73,4% daquela cota (Tabela 13), aí incluídas as despesas de pessoal e juros.

As despesas do Poder Executivo neste quadrimestre cresceram 10,0% quando comparadas a igual período de 2008 (Tabela 14). O crescimento se associa a, entre outros fatores, o aumento de 8% concedido ao pessoal da educação e segurança em meados do ano passado. Observa-se uma aceleração no ritmo da execução orçamentária no segundo bimestre, em contraste com o primeiro bimestre, quando o incremento em relação a 2008 foi de apenas 2,7%.

Neste primeiro quadrimestre, o crescimento da despesa dos outros Poderes, foi de 12,7%. No caso da ALERJ, o aumento de despesa se liga em parte à singularidade da contribuição voluntária para os municípios atingidos por intempéries em 2008, no valor de R\$20 milhões. No Ministério Público o incremento de 27,7% (R\$39,82 milhões) está distribuído de forma quase homogênea entre pessoal (46,8%) e custeio (48,8%), inclusive com pagamento de despesas de exercícios anteriores de pessoal que requereram R\$9,15 milhões neste 1º quadrimestre. No Tribunal de Justiça o incremento de R\$60,27 milhões está concentrado em pessoal (77,7%), dos quais R\$26,86 milhões se referem a despesas de exercícios anteriores (+R\$17,39 milhões que em 2008). Tais despesas, por não pertencerem ao orçamento corrente, não se qualificam para o cálculo dos limites de gasto de pessoal estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Houve folga na execução orçamentária, com o empenho de apenas 82% da cota orçamentária disponível, e liquidação de 73,3% desta cota

Tabela 14

DESPESA POR PODERES - ERJ
LIQUIDADO JAN-ABR 2008 / JAN-ABR 2009

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	JAN-ABR 2008	JAN-ABR 2009	Δ %
PODER EXECUTIVO*	10.412	11.453	10,01%
ALERJ	144	161	11,45%
TCE	101	106	5,64%
TJ**	568	628	10,62%
MP	143	183	27,78%
SUBTOTAL	11.367	12.532	10,24%
DESP. INTRA-ORÇAMENTÁRIA	625	448	-28,27%
TOTAL GERAL	11.993	12.980	8,23%

* Exclui Imprensa Oficial e CEDAE



IV.1 Despesa por Fonte de Recurso

Os recursos do Tesouro Estadual continuam financiando a maior parte da despesa: 72,8% do gasto total do bimestre, equivalentes a R\$9,13 bilhões. Se comparado com o mesmo período de 2008, o crescimento da participação do Tesouro foi de 9,0%. Esse crescimento foi reduzido pela queda na receita oriunda da Indenização pela Extração do Petróleo, no FPE, de Operações de Crédito. No caso do FECP, o financiamento da despesa (-5,6%) desviou-se da arrecadação, que acompanhou a variação positiva do ICMS.

As despesas financiadas com recursos de Outras Fontes somaram R\$3,39 bilhões, no quadrimestre jan/abril de 2009, 13,7% maior do que em 2008. Este crescimento esteve concentrado nas despesas financiadas com os recursos provenientes de arrecadação própria de órgãos da administração indireta, basicamente o RioPrevidência, (89,0%), cujas despesas cresceram R\$227,70 milhões, assim distribuídos: R\$126,65 milhões no pagamento de inativos, com maior participação dos inativos da área de educação (+13,1%), R\$50,57 milhões em despesas com pensionistas (+15,4%) e por último a restituição de valores à conta B que requereu mais R\$50,0 milhões (+100%). Assinale-se que, por força do quadro institucional e da legislação previdenciária do ERJ, a receita de royalties e participações especiais destinada ao Rioprevidência é computada como arrecadação própria do instituto e não como fonte Tesouro.

A redução da arrecadação de royalties e participações especiais traduziu-se em uma redução de 19,8% nas transferências aos municípios (- R\$27,62 milhões) e em Encargos com a União (- R\$239,14 milhões) financiados com estes recursos. Por outro lado, as despesas financiadas com o FECAM, apesar da menor entrada de receita, tiveram desempenho melhor que no mesmo período de 2008, com um crescimento expressivo de 284,9%, em valores absolutos, R\$25,97 milhões.

Tabela 15DESPESAS POR FONTE DE RECURSO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-ABR 2008 / JAN-ABR 2009

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		VAR %
	2008 JAN-ABR	2009 JAN-ABR	
RECURSOS DO TESOURO	8.378	9.133	9,0%
00 - ORDIN. PROVEN.IMPOSTOS	6.135	7.076	15,3%
01 - ORDIN. NÃO PROVEN. IMPOSTOS	533	627	17,7%
04 - INDEN. EXTRAÇÃO DO PETRÓLEO	1.231	987	-19,8%
05 - SALÁRIO EDUCAÇÃO	31	35	14,1%
06 - FUNDO DE PART. DOS ESTADOS	60	53	-11,5%
11 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO	40	21	-47,1%
22 - ADICIONAL DO ICMS - FECP	335	317	-5,6%
26 - CID	13	17	29,3%
RECURSOS DE OUTRAS FONTES	2.989	3.399	13,7%
10 - ARREC. PRÓPRIA - ADM. INDIRETA	2.384	2.639	10,7%
12 - CONVÊNIO - ADM.DIRETA	26	53	101,0%
13 - CONVÊNIO - ADM. INDIRETA	18	49	174,2%
15 - FUNDEB	408	491	20,3%
25 - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	118	120	1,4%
90 - FUNDO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	7		
98 - OUTRAS RECEITAS DA ADM IND.	2	1	-42,0%
99 - OUTRAS RECEITAS DA ADM DIR.	27	47	71,0%
TOTAL GERAL	11.367	12.532	10,2%

*Exclui despesas intra-orçamentárias

** Exclui Imprensa Oficial e CEDAE



As despesas financiadas com recursos de convênios começam a apresentar ritmo de execução superior ao de 2008, com aumento de R\$57,32 milhões (+130,5%). As despesas com o PAC aumentaram R\$31,86 milhões em relação a 2008.

IV. 2 Despesa por grupo

As despesas de pessoal em todos os Poderes somaram R\$5,48 bilhões no primeiro quadrimestre de 2009, 9,5% a mais do que o mesmo período de 2008. As maiores variações, no âmbito do Executivo, estão nas áreas de Educação (+8,9%) e Segurança (+7,4%), beneficiadas pelo aumento concedido em meados de 2008 para os profissionais dessas áreas. Expressivo crescimento registra-se também na área de Saúde (+73,7%), em valores absolutos R\$128,69 milhões, por conta da admissão de novos profissionais no segundo semestre, e da reclassificação das despesas com profissionais cooperativados, antes contabilizadas como despesa de custeio, conforme deliberação do TCE. No primeiro quadrimestre de 2009, o pagamento de cooperativas requereu cerca de R\$ 76,60 milhões, o que contribuiu para 59,5% do aumento da despesa de pessoal contabilizada pelo FES.

As despesas de custeio do Executivo no primeiro quadrimestre de 2009 aumentaram 10,4% em relação ao mesmo período de 2008 (Tabela 16), em que pese o expressivo montante de recursos contingenciados em 2009 (a Lei Orçamentária previa aumento substancial de despesas, apenas parcialmente reduzido pelo contingenciamento). Se as despesas com cooperativas, agora classificadas como de pessoal, fossem incluídas, o incremento no custeio aumentaria para 17,6%.

No âmbito dos Poderes, o crescimento da despesa foi de 50,4%, com destaque para o MP, onde R\$14,16 milhões se referem ao pagamento da conversão de licença especial em pecúnia indenizatória, que embora seja uma despesa direcionada a servidores do órgão não é classificada como despesa de pessoal.

Tabela 16

DESPESAS POR GRUPO*
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-ABR 2008 / JAN-ABR 2009

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		VAR %
	2008 JAN-ABR	2009 JAN-ABR	
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.004	5.481	9,5%
1.1 - EXECUTIVO	2.007	2.213	10,3%
1.2 - ALERJ	125	124	-0,7%
1.3 - TCE	94	99	4,8%
1.4 - TJ	458	504	10,2%
1.5 - MP	124	142	15,1%
1.6 - INATIVOS E PENSIONISTAS	2.028	2.205	8,7%
1.7 - PREVI-BANERJ	164	189	15,1%
1.8 - REFER	4,00	4,12	3,0%
2 - JUROS ENCARGOS E AMORT. DA DÍVIDA	1.020	1.195	17,2%
3 - DESPESAS DE CUSTEIO**	1.204	1.381	14,7%
3.1.1 - EXECUTIVO	1.074	1.186	10,4%
3.1.2 - ALERJ	20	37	89,5%
3.1.3 - TCE	5,8	7,3	25,0%
3.1.4 - TJ	90	117	30,0%
3.1.5 - MP	15	34	133,9%
3.1 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.987	4.273	7,2%
3.2.1 - ENC. UNIÃO / INDEN. DE ROYALTIES (EGE)	1.114	875	-21,5%
3.2.2 - TRANSFERÊNCIAS AO FUNDEB	910	1.158	27,3%
3.2.3 - TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS	1.963	2.240	14,1%
4 - INVESTIMENTOS	149	180	20,8%
4.1 - EXECUTIVO	123	168	35,8%
4.2 - ALERJ	,10	,03	-69,0%
4.3 - TCE	,54	,21	-61,0%
4.4 - TJ	20	6,86	-65,7%
4.5 - MP	5	6	7,9%
5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	3	21	506,5%
TOTAL GERAL	11.367	12.532	10,2%

* Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

** Exclui despesas com inativos e pensionistas, previ-banerj e REFER consideradas no grupo de despesas correntes

O incremento na despesa de pessoal do Executivo foi influenciado pelo aumento para professores e policiais, assim como pela reclassificação das despesas com Cooperativas que atendem os serviços de Saúde (R\$76,60 milhões).

A maior parcela do aumento das inversões financeiras foi custeada com recursos do Tesouro (R\$17,77 milhões dos R\$ 21,17 milhões de aumento total). Esses recursos foram utilizados principalmente para a desapropriação da discoteca Help em Copacabana, visando à instalação do Museu de Imagem e Som (R\$13 milhões), e na aquisição de imóveis, um deles para expansão da Rede de Ensino no bairro de Engenho de Dentro (R\$3,47 milhões) e outro em São Gonçalo para instalação de unidade do MP (R\$1,30 milhão). Foram aplicados, por outro lado, R\$2,45 milhões de recursos próprios em aquisição/desapropriação de imóveis para unidades da PGE e DPGE.

Parte do aumento das inversões financeiras deve-se ao depósito de R\$ 13 milhões para a desapropriação da discoteca Help com vistas à construção do novo Museu da Imagem e do Som

IV. 3 Despesa por área de governo

A análise da despesa por áreas dá especial destaque para aquelas associadas aos índices constitucionais, a saber, Educação, Saúde e Fundo Estadual de Conservação Ambiental – FECAM. Apresenta-se ainda análise da Secretária de Educação e Saúde, envolvendo todas as fontes de recurso, além de apresentar no Box 3 uma análise sobre o uso dos recursos provenientes do Sistema Único de Saúde - SUS.

Neste número apresentam-se ainda dois itens especiais: o Box 4 explica o processo de reconhecimento da “não dependência” da CEDAE nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, e suas implicações, inclusive para a fiscalização pelo Legislativo. O Box 5 apresenta a evolução da despesa com a Cultura, uma área que tem apresentado particular dinamismo nos dois últimos anos.

A análise do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e da Cota Financeira também integram este Boletim.

IV. 3.1 Saúde – Índice Constitucional

A aplicação na Saúde no primeiro quadrimestre ainda reflete a execução um pouco abaixo dos índices constitucionais e dos limites orçamentários e financeiros observada no começo de 2009. Aquela menor execução teve a ver com cuidados na verificação do gasto nos primeiros meses do ano e vem sendo compensada por

uma aceleração na liquidação da despesa em meses mais recentes. Essa aceleração se reveste de interesse duplo, pois a partir de 2009, o índice constitucional de despesa mínima em Saúde começa a ser ampliado em função de novo entendimento do Tribunal de Contas do Estado sobre a incorporação no denominador deste índice das transferências feitas pelo Estado ao FUNDEB.

A mudança na metodologia tem a ver com a interpretação da Emenda Constitucional nº 29/2000, que estabelece a aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde em 12% da arrecadação de impostos e transferências de que tratam os artigos 155, 157 e 159 da CF/88. Até 2008, este cálculo era efetuado subtraindo-se as transferências ao FUNDEB do valor do denominador. Mais recentemente, o TCE recomendou que a partir do exercício de 2009 as transferências ao FUNDEB deixassem de ser subtraídas, de forma gradativa, 25% a cada ano, até 2012. Os índices obtidos com a metodologia adotada até 2008 estão refletidos na Tabela 17, enquanto a nova metodologia se reflete na Tabela 17.1.

No segundo bimestre de 2009, o Tesouro aplicou R\$33 milhões (+10,3%) a mais na Saúde do que no respectivo período de 2008; no 1º quadrimestre, o aumento foi de R\$49 milhões (+10,0%) em relação ao respectivo período do ano anterior. Com isto, a aplicação no segundo bimestre ficou ligeiramente acima do índice constitucional usando a regra antiga (12,4%) e ligeiramente abaixo usando a regra nova (11,9%). Não obstante esta aceleração, a despesa média no quadrimestre (8,9%, pela nova metodologia) ainda está abaixo do mínimo anual constitucional (Tabela 17.1), quando aplicado o conceito de despesa realizada = despesa liquidada.

Apesar da baixa liquidação, merece menção que, sob a ótica da despesa empenhada, cujo valor retrata todos os compromissos assumidos, identifica-se que o índice já foi ultrapassado, tendo sido empenhados R\$824 milhões contra um mínimo de R\$725 milhões (Tabela 17.2). De fato, os valores empenhados são expressivamente

A execução na saúde ainda reflete a redução relativa observada no começo do ano, que vem sendo revertida.

Tabela 17APURAÇÃO DO ÍNDICE DE APLICAÇÃO DE RECURSOS EM SAÚDE
Metodologia adotada até 2008

Em R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR-ABR)			EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-ABR)		
	2008	2009	Δ %	2008	2009	Δ %
Base de Cálculo (receita)	2.412	2.871	19,0%	5.185	5.784	11,6%
Mínimo a ser aplicado em Saúde (12%)	289	345	19,0%	622	694	11,6%
Total da Despesa	323	356	10,3%	486	535	10,0%
Índice Constitucional - Recursos Aplic.	13,4%	12,4%	-7,3%	9,4%	9,3%	-1,4%

Fonte: SIG/SIAFEM

Posição: 18.05.09

Tabela 17.1APURAÇÃO DO ÍNDICE DE APLICAÇÃO DE RECURSOS EM SAÚDE
Base de Cálculo Ajustada - Recomendação TCE/RJ

Em R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR-ABR)			EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-ABR)		
	2008	2009	Δ %	2008	2009	Δ %
Receitas EC 29/2000	2.412	2.871	19,0%	5.185	5.784	11,6%
(+) Transfer. ao FUNDEB (25%)	96	125	30,2%	209	261	25,2%
Base de Cálculo Ajustada (receita)	2.508	2.996	19,5%	5.394	6.045	12,1%
Mínimo a ser aplicado em Saúde (12%)	301	360	19,5%	647	725	12,1%
Total da Despesa	323	356	10,3%	486	535	10,0%
Índice Constitucional - Recursos Aplic. Ajustada	12,9%	11,9%	-7,7%	9,0%	8,9%	-1,8%

Fonte: SIG/SIAFEM

Posição: 18.05.09

Tabela 17.2APURAÇÃO DO ÍNDICE DE APLICAÇÃO DE RECURSOS EM SAÚDE
COM BASE NA DESPESA EMPENHADA

Em R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXERCÍCIO			
	2008		2009	
Mínimo a ser aplicado em Saúde (12%) - Índice Constitucional	647		725	
EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-ABR)				
DISCRIMINAÇÃO	EMP	LIQ	EMP	LIQ
Total da Despesa	715	486	824	535
Índice Constitucional Aplicado	13,3%	9,0%	13,6%	8,9%

Fonte: SIG/SIAFEM

Posição: 18.05.09



maiores que os liquidados até agora, representando um volume de despesa adicional, já contratada e que deverá ser paga brevemente.

O grupo de despesa de pessoal e encargos na saúde apresentou no primeiro quadrimestre de 2009 uma elevação de aproximadamente 22% (+R\$ 47 milhões), se ajustada à mudança contábil que incluiu o custo das cooperativas na conta de pessoa, esse incremento é de 60,1% (+R\$123,69 milhões) em valor total (Tabela 18). Do crescimento ajustado, pouco menos da metade (R\$ 22,81 milhões) deve-se à lotação de novos profissionais concursados, nas UPAs e no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU.

A mudança na contabilização da despesa com cooperativas permitiu a redução em R\$67 milhões (-31,5%) da despesa de custeio no primeiro quadrimestre de 2009, quando comparada com igual período de 2008. Para essa redução também contribuiu uma contração, de R\$32,56 milhões na liquidação da despesa de aquisição de medicamentos, considerada sazonal pela Secretaria de Saúde (há significativo valor empenhado nesta rubrica, usando diversas fontes).

A conclusão das obras nos hospitais de Caxias e São João de Meriti, assim como uma pausa na abertura de novas UPAs, explicam a menor despesa em investimento registrada no começo de 2009.

IV. 3.2 Saúde – Aplicação Total¹³

Os recursos do Tesouro correspondem a mais de 80% da despesa com a saúde (Tabela 19), tendo sido a fonte que apresentou maior crescimento entre 2008 e 2009

¹³ O orçamento da Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil engloba as dotações das seguintes unidades orçamentárias:

2901 - Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil

2902 - Subsecretaria de Defesa Civil

2931 - Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro – IASERJ

2961 - Fundo Estadual de Saúde

2963 - Fundo Especial do Corpo de Bombeiros

2971 - Instituto Vital Brasil

A maior parcela destina-se ao Fundo Estadual de Saúde, no qual estão concentradas as principais ações da SESDEC.

Tabela 18

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA FUNÇÃO SAÚDE POR GRUPO DE DESPESA

Em R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR-ABR)			EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-ABR)		
	2008	2009	Δ %	2008	2009	Δ %
PESSOAL	101	176	75,0%	206	329	60,1%
CUSTEIO	171	131	-23,3%	214	147	-31,5%
INVESTIMENTO	15	1	-94,2%	22	1	-96,1%
AMORT. DA DÍVIDA	36	48	31,3%	45	58	30,8%
TOTAL DA DESPESA	323	356	10,3%	486	535	10,0%

Fonte: SIG/SIAFEM

Posição: 18/05/2009

Tabela 19

SECRETARIA DE SAÚDE DO ERJ
EXECUÇÃO POR FONTE DE RECURSOS

Em R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	JAN-ABR 2008	JAN-ABR 2009	Δ%
TESOURO	576.544	633.716	9,9%
SUS	113.470	114.776	1,2%
CONVÊNIOS	576	5.488	852,7%
OUTRAS	16.063	16.642	3,6%
TOTAL	706.653	770.622	9,1%

Fonte: SIG/SIAFEM

Posição: 18/05/2009



(+R\$57,17 milhões). As transferências do SUS, que respondem por aproximadamente 15% dessas despesas, não apresentaram crescimento significativo em 2009. O valor líquido dos recursos de convênios tem sido afetado pela necessidade de se devolverem importantes valores relativos a exercícios passados (R\$4,36 milhões), na esteira da regularização daqueles anos, após a verificação do uso de recursos federais para fins imprevistos em administrações anteriores. A despesa financiada por outras fontes também apresentou um crescimento modesto apoiado na arrecadação própria do FUNESBOM, que responde por 88,7% do gasto desta fonte, e na arrecadação própria do IVB.

Quando analisada na sua globalidade, a despesa de saúde apresenta um importante aumento na rubrica de pessoal, que passa de menos de R\$300 milhões para mais de R\$400 milhões. Praticamente toda esta despesa — ainda influenciada pela mudança na contabilização das cooperativas — é financiada pelo Tesouro (98,4%), respondendo o SUS por apenas R\$7,15 milhões (1,6%).

O aumento de R\$ 13,8 milhões (30,8%) na amortização da dívida dos contratos de saneamento é devida à variação da taxa de câmbio, cuja tendência é de desacelerar nos próximos meses.

Como observado acima, a execução no primeiro quadrimestre ainda reflete a baixa liquidação da despesa no começo do ano. Merece, portanto, menção que ao final do período, haja expressivo volume de recursos orçamentários empenhados e não liquidados (R\$351,41 milhões), sendo R\$224,23 milhões em fonte Tesouro e R\$122,86 milhões do SUS, que deverão impactar a despesa efetiva nos próximos meses.

Tabela 20

SECRETARIA DE SAÚDE DO ERJ
EXECUÇÃO POR GRUPO DE DESPESA

Em R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	JAN-ABR 2008	JAN-ABR 2009	Δ%
PESSOAL	294.799	434.469	47,4%
CUSTEIO	341.767	271.257	-20,6%
INVESTIM./INVERSÕES	25.168	6.140	-75,6%
AMORTIZAÇÃO E JUROS	44.919	58.755	30,8%
TOTAL	706.653	770.622	9,1%

Fonte: SIG/SIAFEM

Posição: 18/05/2009

A aparentemente baixa execução da saúde reflete o baixo índice de liquidação no começo do ano—mas deve ser vista à luz do expressivo volume de despesas empenhadas e não liquidadas (R\$ 351 milhões), tanto com fontes Tesouro (R\$ 224 milhões), quando SUS (R\$ 122 milhões)

BOX 3 – USO DOS RECURSOS DO SUS

A receita realizada pelo Sistema Único de Saúde - SUS no 1º quadrimestre de 2009 somou R\$354,9 milhões, com aumento de R\$ 134,4 milhões (+60,8%) em relação ao mesmo período de 2008. Deste total, R\$323,5 milhões (91,2%) foram aplicados no Fundo Estadual de Saúde – FES, sendo R\$21,6 milhões aplicados diretamente em serviços hospitalares.

O aumento da receita em 2009 é explicado pela Secretaria de Saúde pela maior agilidade no faturamento da despesa para o SUS, em decorrência de aprimoramentos na gestão do FES, assim como pelo reajuste da tabela de procedimentos médico-hospitalares, relativa a serviços de alta e média complexidade. Esse reajuste aumentou os recursos disponíveis para transplantes, hemodiálise, fisioterapia, cardiologia, UTI e reabilitação.

A disponibilização de maiores recursos do SUS ainda não está refletida na liquidação, que aumentou pouco em relação a 2008. No entanto, ela já se reflete no empenho — sendo responsável pela diferença entre despesas empenhadas e liquidadas da ordem de R\$122,53 milhões no âmbito do FES.

Apenas 1/4 dos recursos destinados ao FES pelo SUS efetivamente contribui para o orçamento do Estado, sendo R\$ 90 milhões dos R\$ 114 milhões executados pelo FES correspondentes a despesa de municípios para os quais o Estado apenas gerencia os recursos, por conta dos municípios não disporem da gestão plena da saúde. Da parte destinada ao orçamento do Estado, R\$7,71 milhões foram aplicados na Assistência Hospitalar e Ambulatorial, R\$6,01 milhões em ações executadas pelo Corpo de Bombeiros — CBMERJ, R\$5,06 milhões em medicamentos e R\$ 2,86 milhões na Vigilância Epidemiológica e Ambiental.

RECEITA REALIZADA SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS

DESCRIMINAÇÃO	2008	2009	Δ%
	JAN-ABR	JAN-ABR	
REMUNERAÇÃO DEPÓSITOS BANCÁRIOS	3.190	8.176	156,3%
RECEITAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE	237	,75	-99,7%
TRANSF. SUS - REPASSE FUNDO A FUNDO	209.827	323.559	54,2%
RECEITAS DIVERSAS	1.682	1.295	-23,0%
SERVIÇOS HOSPITALARES	5.564	21.565	287,6%
TOTAL	220.501	354.595	60,81%

FONTE: SIG

POSIÇÃO: 15/05/2009

EXECUÇÃO SUS POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-ABR)		Δ%
	2008	2009	
2501 - SEAP	267	8	-97,0%
2961 - FES	113.408	114.087	0,6%
MUNICÍPIOS	84.842	90.424	6,6%
ESTADO	28.566	23.663	-17,2%
2963 - FUNEBOM	62	690	1014,3%
4043 - UERJ	4.479	5.109	14,1%
Total geral	118.215	119.893	1,4%

FONTE: SIG

POSIÇÃO: 15/05/2009

IV. 3.2 Educação – Índice Constitucional¹⁴

Em virtude do aumento das receitas do Estado, a base de cálculo do índice de aplicação de recursos em educação

¹⁴ O orçamento da Função Educação engloba as dotações das seguintes unidades orçamentárias:

1801 - Secretaria de Estado de Educação - SEEDUC

3702 - Encargos Gerais do Estado - EGE/SEFAZ

4041 - Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa - FAPERJ

4043 - Fundação Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

4044 - Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC

4045 - Fundação Universidade do Estado do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF

4046 - Fundação Centro de Ciências de Educação Superior à Distância - CECIERJ

Excepcionalmente, em 2008 a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia - SECT (UO 4001) executou as obras de reforma no Campus da UERJ.



creveu 14,0% no primeiro quadrimestre de 2009 em relação a período equivalente em 2008, definindo uma aplicação mínima no 1º quadrimestre de R\$1,73 bilhão contra R\$ 1,52 bilhão em 2008.

O forte aumento da base do cálculo implicou que, apesar do dispêndio total na função educação, de R\$1,49 bilhão, representar crescimento de 8,2% em relação a 2008, ele ficou 14,1% abaixo do índice constitucional médio.

A maior parte da despesa considerada na aplicação dos recursos admitidos no cálculo do índice constitucional refere-se à própria Secretaria de Educação, representando 46,7% do total (Tabela 23). Deste total, expressiva parte é financiada com o “retorno do FUNDEB”, ou seja, recursos do Estado aplicados no FUNDEB e devolvidos para despesas do próprio Estado. O cálculo do índice também considera os valores entregues ao FUNDEB e que permanecem com os municípios (“perda líquida”), constituindo-se em efetiva transferência constitucional, registrada entre os Encargos Gerais do Estado-EGE (R\$483,12 milhões).

Tabela 21

APURAÇÃO DO ÍNDICE DE APLICAÇÃO DE RECURSOS EM EDUCAÇÃO

Em R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MARÇO-ABRIL)			EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-ABRIL)		
	2008	2009	Δ%	2008	2009	Δ%
<i>Base de Cálculo (receita)</i>	2.836	3.450	21,7%	6.094	6.949	14,0%
<i>Mínimo a ser aplicado em Educação 25%</i>	709	863	21,7%	1.524	1.737	14,0%
<i>Despesa Aplicada no Período</i>	730	782	7,1%	1.379	1.491	8,2%
ÍNDICE CONSTITUCIONAL - RECURSOS APLICADOS	25,7%	22,7%	-11,9%	22,6%	21,5%	-5,1%

Fonte: SIG/SIAFEM
Posição: 18/05/2009

Tabela 22

FUNDEB - Contribuição do Estado e Transferência Efetiva aos Municípios

Em R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	ACUMULADO 2008	JAN-ABR 2008	JAN-ABR 2009	Δ%
Contribuição do Estado	2.775,18	909,38	1.164,73	28,1%
Retorno ao Estado	1.489,89	486,06	681,61	40,2%
Trasf. Efetiva aos Municípios	1.285,30	423,32	483,12	14,1%

Olhando-se para os outros componentes do cálculo do índice, percebe-se que o vigor na despesa da FAPERJ, com aumento de aproximadamente 40% em relação a 2008, reflete a prioridade dada pelo governo ao financiamento da pesquisa, respaldada pelo rigoroso cumprimento da vinculação legal para a ciência e a tecnologia observado desde 2007.



Tabela 23

DESPESA DA FUNÇÃO EDUCAÇÃO POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

Em R\$ MIL

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL			EXECUÇÃO ACUMULADA			PARTIC. UO/DESP. TOTAL 2009
	MAR-ABRIL 2008	MAR-ABRIL 2009	Δ%	JAN-ABRIL 2008	JAN-ABRIL 2009	Δ%	
SEEDUC	380.939	385.032	1,1%	668.046	696.129	4,2%	46,7%
EGE/SEFAZ	186.658	218.520	17,1%	423.323	483.120	14,1%	32,4%
SECT	2.586			2.586			
FAPERJ	20.421	29.167	42,8%	31.757	45.048	41,9%	3,0%
UERJ	67.517	68.256	1,1%	128.476	134.231	4,5%	9,0%
FAETEC	55.133	66.308	20,3%	93.917	103.882	10,6%	7,0%
UENF	13.969	12.696	-9,1%	25.664	24.787	-3,4%	1,7%
CECIERJ	2.814	2.210	-21,5%	4.980	3.952	-20,6%	0,3%
TOTAL GERAL	730.037	782.189	7,1%	1.378.750	1.491.149	8,2%	100,0%

Fonte: SIG/SIAFEM

Extração: 18/05/2009

Sob a ótica do gasto por grupo de despesa, o dispêndio em pessoal alcançou R\$815,6 milhões no 1º quadrimestre de 2009, representando crescimento de 2,8% (R\$21,85 milhões) em relação ao mesmo período em 2008 (Tabela 24). A maior parte desta despesa (72,7%) concentra-se na própria SEEDUC (Gráfico 2), seguida da UERJ (12,6%) e da FAETEC (11,7%).

A aparente modéstia no crescimento da despesa de pessoal na Educação (2,8%) resulta do fato da base 2008 estar inflada pelo recolhimento ao RioPrevidência em abril de 2008 da contribuição patronal equivalente ao gasto de quase três meses (R\$73,5 milhões, ao invés de R\$26,1 milhões). Ajustada a base (Tabela 25), o crescimento de 2009 corresponde a 9,0%. Contribuíram para esse incremento o aumento concedido aos profissionais da educação já citado no item IV.2 e a reclassificação da despesa relativa a serviços contratados de mão-de-obra terceirizada, por recomendação do TCE. Acrescente-se ainda, o enquadramento de servidores de acordo com sua titulação e tempo de serviço na FAETEC e na CECIERJ a expansão de Pólos de Ensino Técnico a Distância de 20 para 33 unidades, o que demandou aumento do quantitativo de profissionais. A participação do gasto de cada uma das Unidades Orçamentárias no quadrimestre está demonstrada no gráfico a seguir:

Tabela 24

DESPESA DA FUNÇÃO EDUCAÇÃO POR GRUPO

Em R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MARÇO-ABRIL)			EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-ABRIL)		
	2008	2009	Δ%	2008	2009	Δ%
PESSOAL	460	425	-7,5%	794	816	2,8%
CUSTEIO	289	350	21,2%	573	668	16,6%
INVESTIMENTO	-18	4	-119,5%	12	4	-69,7%
INVERSÕES		3			3	
TOTAL DA DESPESA	730	782	7,1%	1.379	1.491	8,2%
ÍNDICE - RECURSOS APLICADOS	25,7%	22,7%	-11,9%	22,6%	21,5%	-5,1%

Fonte: SIG/SIAFEM

Extração: 18/05/2009

O crescimento da despesa de pessoal da Educação no primeiro quadrimestre de 2009, ajustado para o pagamento excepcional de contribuições sociais em 2008, foi de 9%, dos quais uma parte devida à reclassificação de despesas na FAETEC e CECIERJ

Tabela 25

FUNÇÃO EDUCAÇÃO
DESPESA DE PESSOAL POR UO

Em R\$ MIL

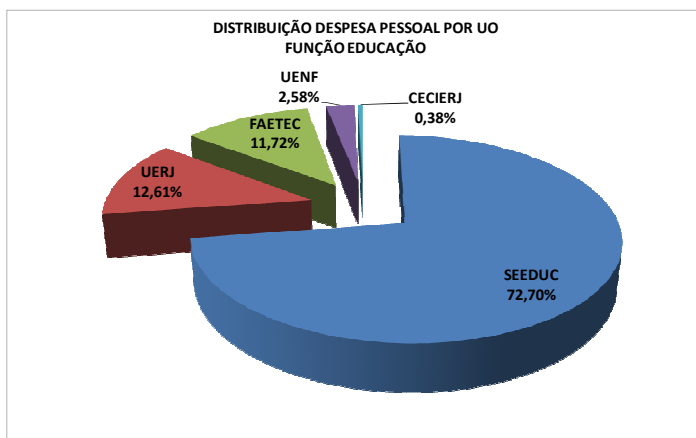
DISCRIM.	JAN-ABRIL 2008		JAN-ABRIL 2009	Δ% (Ajust.)
	REALIZADO	AJUSTADO*		
SEEDUC	584.094	546.662	593.003	8,5%
UERJ	107.863	100.268	102.865	2,6%
FAETEC	78.173	78.173	95.595	22,3%
UENF	21.930	21.552	21.045	-2,4%
CECIERJ	1.718	1.628	3.129	92,2%
TOTAL	793.777	748.283	815.637	9,0%

Fonte: SIG/SIAFEM

Extração: 18/05/2009

*Subtraído R\$45,49 mm referente a liquidação a maior em contribuição patronal

Gráfico 2



As despesas de custeio cresceram 16,6% (+R\$95,29 milhões). Quando desconsideradas as transferências para o FUNDEB, que apesar do crescimento de 14,1% apresentaram um dinamismo menor que o resto do setor, o crescimento da despesa no âmbito das unidades executoras é de 23,7% (Tabela 26).

O crescimento de custeio na FAPERJ e UERJ excedeu 40%, enquanto que a queda aparente na FAETEC e CECIERJ representa apenas a reclassificação de despesas com terceirizados, as quais passaram para a rubrica de pessoal por recomendação do TCE. Na UERJ, a extensão do benefício de cotistas da UERJ para todo o período da graduação representou aumento desta despesa específica em 506,6%.

A aparente queda no investimento se explica pela não recorrência de obras como a recuperação do Campus da UERJ, e pelo fato da maior parte dos investimentos na rede escolar estarem ainda em andamento. Especificamente, há um expressivo valor empenhado para a revisão e reforço da rede elétrica e aumento de carga para a instalação de aparelhos de ar condicionado em todas as escolas da rede estadual (R\$106 milhões). Estas obras, ainda em andamento, não foram liquidadas, mas impactarão o valor do investimento em 2009.

A aplicação em inversões financeiras é explicada pela execução do programa de aquisição de imóveis para a

Tabela 26
DESPESA DE CUSTEIO POR UO
FUNÇÃO EDUCAÇÃO

Em R\$ MIL

DISCRIMINAÇÃO	JAN-ABRIL 2008	JAN-ABRIL 2009	Δ%
SEEDUC	76.538	98.087	28,2%
FAPERJ	31.757	45.048	41,9%
UERJ	20.613	31.319	51,9%
FAETEC	13.929	6.467	-53,6%
FENORTE	3.734	3.591	-3,8%
CECIERJ	3.262	823	-74,8%
SUBTOTAL	149.835	185.334	23,7%
Transf. FUNDEB - Perda Líquida	423.323	483.120	14,1%
TOTAL GERAL	573.157	668.454	16,6%

Fonte: SIG/SIAFEM
Extração: 18/05/2009

Parte do aumento do custeio da UERJ (R\$4,59 milhões) é decorrente da expansão dos benefícios para alunos cotistas durante todo o período de graduação



expansão da Rede Escolar; conforme já citado no item IV.2 deste Boletim.

IV. 3.3 Secretaria Estado de Educação

A Secretaria de Educação é analisada em separado, por ser a principal unidade executora da Função Educação, além de ser a gestora de recursos provenientes do Salário-Educação e de convênios com o Governo Federal - FNDE.

Nesse 1º quadrimestre a despesa é superior em 5,0% (+R\$35,38 milhões) quando comparada a igual período de 2008; os recursos do Tesouro participaram com 93,9% do gasto total. As despesas custeadas pelo Salário-Educação aumentam 14,1%, ai incluídas aquelas referentes ao apoio à Nutrição Escolar. Os 42,0% a mais aplicados com recursos provenientes de convênios são compatíveis com o aumento dos repasses financeiros efetuados pelo FNDE nesse período, R\$10,92 milhões, para financiamento de ações de Nutrição Escolar.

Conforme já explicado no item anterior, a variação da despesa de pessoal no primeiro quadrimestre de 2009 (Tabela 28) está afetada pela ampliação da base em 2008; ajustada essa base, o aumento seria de 8,5% (Tabela 25), refletindo o reajuste de 8% concedido aos profissionais da educação no 2º semestre de 2008.

Buscando a meta de carência zero de profissionais da área de educação, de janeiro a abril, foram admitidos 4.641 concursados, cujo impacto completo na despesa só terá visibilidade no próximo quadrimestre.

No custeio o crescimento de 18,2% (+20,52 milhões) está concentrado em serviços de apoio administrativo (+R\$ 17,81 milhões), basicamente serviços de suporte à informática por conta do programa de Informatização da Rede.

Os investimentos (Tabela 28) apresentam acréscimo de 28,1% (+R\$2,48 milhões) em relação a 2008. Esta cifra

Tabela 27

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FONTE DE RECURSO

Em R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MARÇO-ABRIL)			EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-ABRIL)		
	2008	2009	Δ%	2008	2009	Δ%
TESOURO	380.939	385.032	1,1%	668.046	696.129	4,2%
SALÁRIO-EDUCAÇÃO	22.196	27.051	21,9%	30.797	35.153	14,1%
CONVÊNIOS	4.878	9.379	92,3%	7.028	9.979	42,0%
TOTAL	408.014	421.462	3,3%	705.872	741.261	5,0%

**Foram admitidos 4.641
concursados para o
magistério de janeiro a maio
de 2009**

Tabela 28

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Em R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MARÇO-ABRIL)			EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-ABRIL)		
	2008	2009	Δ%	2008	2009	Δ%
PESSOAL	347.852	303.149	-12,9%	584.094	593.003	1,5%
CUSTEIO	81.487	103.527	27,0%	112.951	133.471	18,2%
INVESTIMENTO	-21.325	11.310	-153,0%	8.826	11.311	28,1%
INVERSÕES		3.476			3.476	
TOTAL	408.014	421.462	3,3%	705.872	741.261	5,0%



deverá aumentar na medida em que obras contratadas comecem a se concluir e ser liquidadas.

Tabela 29

PRINCIPAIS DESPESAS DE CAPITAL REALIZADOS PELA SEEDUC
JAN-ABR 2009

DISCRIMINAÇÃO	Em R\$		
	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
SERVIÇOS OBRA- ADEQUAÇÃO DE SALAS DE AULA DE ESCOLAS CONVENCIONAIS CLIMATIZAÇÃO	106.651.464	8.461.263	581.577
REFORMA E ACRÉSCIMO EM UNIDADES DO DEGASE (CAMPOS, NILÓPOLIS E MACAÉ) E PEQUENAS OBRAS DO PROGRAMA PRESERVANDO A ESCOLA EM DIVERSOS MUNICÍPIOS	8.052.140	1.598.432	1.153.318
AQUISIÇÃO DE IMÓVEL MED. DESAPROPRIAÇÃO - ENGENHO DE DENTRO	3.476.152	3.476.152	3.476.152
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.497.226	1.150.111	1.146.941
CONTINUIDADE DA REFORMA DA BIBLIOTECA ESTADUAL CELSO KELLY	194.800	100.964	1.514
TOTAL GERAL	121.871.782	14.786.922	6.359.502

IV. 3.4 FECAM

O Fundo Estadual de Conservação Ambiental - FECAM, instituído pela Lei n.º 1.060, de 10 de novembro de 1986, financia projetos e programas ambientais englobando áreas tais como reflorestamento, recuperação de áreas degradadas, canalização de cursos d'água, educação ambiental, implantação de novas tecnologias menos poluentes, despoluição de praias e saneamento, entre outras.

Os recursos do FECAM são oriundos de 5% dos royalties e participações especiais na produção de petróleo e gás atribuídos ao Estado do Rio de Janeiro, bem como do resultado de multas administrativas e condenações judiciais aplicadas por irregularidades constatadas pelos órgãos fiscalizadores do meio ambiente.

A volatilidade das receitas oriundas das participações governamentais na produção de petróleo e gás no Estado implica a possibilidade de variações expressivas e imprevisíveis na base de cálculo das aplicações de recursos no FECAM. Em 2009, a Lei Orçamentária já previa uma redução de 13,5% em relação ao executado em 2008 (Tabela 31). Além disso, a queda do barril de petróleo para a faixa dos US\$ 40-50 levou a um contingenciamento de recursos adicional de R\$71 milhões. Essa redução mostrou-se realista, vista a queda da base

Tabela 30

BASE DE CÁLCULO PARA APLICAÇÃO DOS RECURSOS NA FECAM

DISCRIMINAÇÃO	Em R\$ milhões					
	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR-ABR)			EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-ABR)		
	2008	2009	Δ%	2008	2009	Δ%
Base de Cálculo (receita)	280	189	-32,3%	1.396	1.097	-21,4%
Mínimo a ser aplicado no FECAM (5%)	14	9	-32,3%	70	55	-21,4%
Total da Despesa	12	35	192,1%	12	35	192,1%
Índice Constitucional - Recursos Aplic.	4,3%	18,5%	331,5%	0,9%	3,2%	271,7%

Fonte: SIG/SIAFEM

Posição: 18/05/2009

Tabela 31

APLICAÇÃO ANUAL

FUNÇÃO	ÓRGÃO/ENTIDADE	Em R\$ milhões		
		REALIZADO 2008	LOA 2009	Δ%
Gestão Ambiental	SEA	34.489	34.000	-1,4%
	FECAM	15.331	12.569	-18,0%
	INEA*	64.201	91.569	42,6%
Total		114.021	138.138	21,2%
Habituação	CEHAB	17.314	4.750	-72,6%
Total		17.314	4.750	-72,6%
Saneamento	SEOBRAS	31.966	25.200	-21,2%
	CEDAE	103.838		
	FECAM		58.000	
Total		135.804	83.200	-38,7%
Transporte	DER	109		
	CENTRAL	8.000		
	RIOTRILHOS	46.949	52.679	12,2%
Total		55.058	52.679	-4,3%
TOTAL GERAL		322.197	278.767	-13,5%

* A partir de 2009, o INEA passou a englobar as seguintes unidades orçamentárias: FEEMA, IEF e SERLA, por alteração de estrutura.

Fonte: SIG/SIAFEM

Posição: 18/05/2009



de cálculo da despesa do primeiro quadrimestre da ordem de 21,4% em relação à igual período do ano anterior (Tabela 30).

A aplicação dos recursos do FECAM no 1º quadrimestre de 2009 cresceu 191% em relação à igual período de 2008, ainda que tenha correspondido a menos de 1/3 do valor disponibilizado para o ano (já com contingenciamento).

Assinale-se que, apesar da LOA ter priorizado a despesa em Gestão Ambiental, com aumento de 66,6% dos recursos em relação a 2008 (Tabela 31), o ritmo na execução foi mais acelerado nas ações de saneamento, o que é explicado pela continuidade das obras do Sistema de Saneamento da Zona Oeste, a cargo do FECAM, não obstante significativas despesas em uma série de intervenções de gestão ambiental no interior do Estado (Tabela 33).

A aplicação do FECAM no primeiro quadrimestre de 2009 cresceu 191% em relação ao mesmo período de 2009

Tabela 32

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR ÓRGÃO/ENTIDADE

Em R\$ mil

ÓRGÃO/ENTIDADE	LIQUIDADO JAN-ABR		Δ%
	2008	2009	
SEOBRAS		57	
CEDAE	2.945		
SEA	372	1.478	297,2%
FECAM		12.590	
INEA*	5.893	10.328	75,3%
CENTRAL	2.852		
RIOTRILHOS		10.643	
	12.062	35.096	191,0%

* A partir de 2009, o INEA passou a englobar as seguintes unidades orçamentárias : FEEMA, IEF e SERLA, por alteração de estrutura.

FONTE: SIG/SIAFEM

POSIÇÃO: 18/05/2009

Tabela 33

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS FECAM 2009 (JAN - ABR)

FUNÇÃO	PRINCIPAIS INVESTIMENTOS	REALIZADO
Gestão Ambiental	OBRAS DE CONSTRUÇÃO DO ECO-LIMITE NA COMUNIDADE SANTA MARTA	287
	OBRAS DE REFORMA DO INEA	212
	DESPOLUIÇÃO DO LAGO JAVARY - MIGUEL PEREIRA	2.000
	PROJETO DE CONTROLE DE INUNDAÇÕES E RECUP. AMBIENTAL DAS BACIAS DOS RIOS IGUACU, BOTAS E SARAPUI	1.555
	IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE INFORMAÇÕES DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. CLASSIF.: 17	107
	OBRAS DE RECUPERAÇÃO DAS MARGENS DE DIVERSOS CURSOS D'ÁGUA	1.012
	RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DA LAGOA DE ARARUAMA	880
	DRAGAGEM DO RIO URURAI, LAGOA FEIA E CANAL DAS FLECHAS, NO MUNICÍPIO DE CAMPOS	4.670
	EXECUÇÃO DE PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL : NOS MUNICÍPIOS DE MACAÉ E RIO DAS OSTRAS ²⁷	78
Total	10.800	
Saneamento	COMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DE NA ZONA OESTE	9.590
	MELHORIAS DAS ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS DA ETE DE ALEGRIA	2.500
Total	12.090	
Transporte	EXECUÇÃO DAS OBRAS LOTE 2 DO PROJETO COPACABANA DO METRO	10.643
Total	10.643	
OUTRAS DE PEQUENO VALOR		1.563
TOTAL GERAL		35.096

IV. 3.5 Programa de Aceleração do Crescimento – PAC

O Programa de Aceleração do Crescimento executado em Convênio com a União, através de 16 ações nas áreas de urbanização, saneamento e habitação, neste 1º quadrimestre executou R\$ 43,9 milhões de despesa, com expressivo crescimento em relação a 2008. Entretanto, a execução no primeiro bimestre corresponde ainda a apenas 3,2% do total de R\$1,36 bilhão previsto para exercício de 2009.

Os recursos do Tesouro Estadual corresponderam a aproximadamente ¼ das despesas liquidadas do PAC no primeiro quadrimestre de 2009 (Tabela 34).

A execução do atual exercício ocorreu majoritariamente no Projeto de Urbanização do Complexo do Alemão (R\$20,9 milhões). Também foi proeminente o Projeto Iguaçu, cuja finalidade é minimizar os efeitos causados por fortes

O PAC executou R\$ 43,9 milhões de despesa no primeiro quadrimestre de 2009, tendo os recursos do Tesouro Estadual correspondido a aproximadamente ¼ deste valor, dados em contrapartida às transferências federais.

chuvas na baixada fluminense, melhorando as condições de infra-estrutura e habitabilidade daquela região, pela recuperação das áreas marginais dos cursos d'água e suas nascentes (R\$ 15,5 milhões).

Tabela 34

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC

Órgão/ Entidade	PROGRAMA DE TRABALHO		GD	FR	Em R\$		
					EXECUÇÃO JAN-ABR 2008	EXECUÇÃO JAN ABR 2009	Δ %
SEOBRAS	1039	Impl Pav Segm C Arco Rodov Metropolitano- PAC	INVESTIMENTO	TESOURO CONVÊNIOS	-	-	
	TOTAL PT 1039				-	2.437.492	
	1607	Ampl Ab Água na Baixada e S Gonçalo - PAC	INVESTIMENTO	TESOURO CONVÊNIOS	-	57.463	
	TOTAL PT 1607					57.463	
	1613	Urbanização do Complexo da Rocinha - PAC	INVESTIMENTO	TESOURO CONVÊNIOS	73.000	116.511	59,6%
	TOTAL PT 1613				73.000	398.994	
	1614	Urbanização do Complexo do Alemão - PAC	INVERSRÕES FINANC.	TESOURO CONVÊNIOS	764.000	8.363.201	994,7%
	TOTAL PT 1614				764.000	12.550.735	
	1615	Urbanização do Complexo de Manguinhos - PAC	INVESTIMENTO	TESOURO CONVÊNIOS	-	517.965	
	TOTAL PT 1615				-	197.751	
1616	Urbanização do Morro do Pavão Pavãozinho- PAC	INVERSRÕES FINANC.	TESOURO CONVÊNIOS	79.217	918.879	1060,0%	
TOTAL PT 1616				79.217	587.324		
CEHAB	1618	Projeto Bacia dos Rios Iguaçu/Sarapuí - PAC	INVESTIMENTO	TESOURO CONVÊNIOS	-	197.630	
	TOTAL PT 1618					197.630	
	1617	Projeto Morro do Preventório - PAC	INVESTIMENTO	TESOURO CONVÊNIOS	-	581.714	
TOTAL PT 1617					1.538.282		
INEA	1534	Projeto Iguaçu - PAC	INVESTIMENTO	TESOURO CONVÊNIOS	-	1.554.540	
	TOTAL PT 1534					13.955.249	
TOTAL				TESOURO CONVÊNIOS	916.217	12.110.273	1221,8%
TOTAL GERAL					916.217	31.863.457	4699,5%

IV.4 Cota Financeira¹⁵

O limite anual da cota financeira segue os parâmetros das Metas Bimestrais de Arrecadação e do Cronograma de Desembolso mensal para o ano, divulgados nos termos do art. 8º da LRF, sendo alterado sempre que essas Metas são revistas. Mantidos os valores globais, os limites orçamentários de órgão individual podem ser alterados por resolução conjunta da Secretaria de Planejamento e da Secretaria de Fazenda, com o devido ajuste da cota financeira correspondente.

A metodologia para estabelecimento da cota financeira manteve-se a mesma de 2008, com limites mensais para emissão de PDs diferenciados para as despesas financiadas com recursos do Tesouro e para as despesas financiadas com recursos de outras fontes, atingindo as despesas Correntes e de Capital, exceto as de pessoal e

¹⁵ Os valores apresentados na Tabela 35 estão acumulados.



aquelas consignadas em Encargos Gerais do Estado. Em abril, a disponibilidade orçamentária para o exercício, em Correntes e em Capital, somava R\$6,41 bilhões e o limite para emissão de Programação de Desembolso – PD para o quadrimestre em R\$1,95 bilhão, 30,5% do valor anual disponível, antes previsto em 29%.

No primeiro quadrimestre houve utilização de apenas 42,8% da cota financeira disponibilizada (Tabela 35). Parte da aparentemente baixa execução do conjunto de fontes deve-se em alguns casos ao resguardo por diferentes órgãos no uso de fontes próprias em favor do uso antecipado das fontes Tesouro, assim como a certo otimismo na estimativa das receitas próprias feitas pelos mesmos. Como resultado, o uso da cota Tesouro foi mais alto do que o da cota de outras fontes. Ainda assim, refletindo o baixo nível de liquidação em alguns órgãos, houve substancial folga no efetivo uso dos recursos orçamentários e financeiros disponibilizados pelos órgãos centrais da administração financeira do Estado.

O nível de utilização da Cota Financeira ficou aquém do valor disponibilizado aos órgãos do Estado, especialmente no que se refere a fontes próprias — onde a utilização correspondeu a apenas 16,3% do limite calculado a partir da expectativa de receita declarada pelos órgãos

Tabela 35

Em R\$ Mil

FR	COTA FINANCEIRA LIBERADA (JAN-ABR)	COTA FINANCEIRA UTILIZADA (JAN-ABR)	% UTILIZAÇÃO
TESOURO	962.163	676.719	70,3%
OUTRAS FRs	995.887	161.990	16,3%
TOTAL	1.958.050	838.709	42,8%

**BOX 4 – EMPRESAS NÃO-DEPENDENTES NO ERJ**

Há duas empresas não-dependentes no Rio de Janeiro, no conceito da Lei de Responsabilidade Fiscal: a Imprensa Oficial e, mais recentemente, a CEDAE, assim declarada em face do seu desempenho nos últimos anos. A Imprensa Oficial vem apresentando resultados extremamente encorajadores, tanto do ponto de vista financeiro, quanto da modernização dos seus serviços (e.g., Diário Eletrônico). Trata-se, no entanto, de empresa bem menor do que a CEDAE.

Receita das Empresas Não-Dependentes - MAR-ABR 2009						
	R\$ Mil					
Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro	MAR-ABR 08	MAR-ABR 09	Var. %	JAN-ABR 08	JAN-ABR 09	Var. %
Juros de Títulos de Renda	491,44	660,77	34,5%	864,08	1.324,76	53,3%
Receita da Indústria de Transformação	22.204,73	24.402,85	9,9%	32.388,90	32.481,80	0,3%
RECEITA DE SERVIÇOS	9,87	11,57	17,3%	19,58	23,74	21,2%
Receita Intra-Orçamentária de Transformação	0,00	42,26	0,0%	0,00	42,26	0,0%
Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro Total	22.706,04	25.117,45	10,6%	33.272,56	33.872,56	1,8%
Companhia Estadual de Águas e Esgotos	MAR-ABR 08	MAR-ABR 09	Var. %	JAN-ABR 08	JAN-ABR 09	Var. %
Remuneração de Depósitos Bancários	1.625,11	10.315,07	534,7%	4.022,53	20.508,51	409,8%
RECEITA DE SERVIÇOS	398.175,54	434.245,07	9,1%	767.287,53	843.004,59	9,9%
Multas de Outras Origens	1.490,28	1.635,94	9,8%	2.256,20	2.414,84	7,0%
Receitas Diversas	37.789,56	3.184,43	-91,6%	72.731,86	19.881,58	-72,7%
Companhia Estadual de Águas e Esgotos Total	439.080,50	449.380,50	2,3%	846.298,12	885.809,52	4,7%

A Companhia de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE) foi constituída oficialmente em 1º de agosto de 1975, fruto da fusão da Empresa de Águas e Esgotos dos Estados da Guanabara (CEDAG), da Empresa de Saneamento da Guanabara (ESAG) e da Companhia de Saneamento do Estado do Rio de Janeiro (SANERJ). Nos últimos 20 anos, a empresa sofreu certa deterioração operacional e financeira, que vem sendo corrigida desde 2007. Até o exercício de 2005, o Tesouro Estadual se viu obrigado a realizar freqüentes aportes de recursos financeiros na companhia, inclusive para pagamento de gastos de custeio e de pessoal.

Nos últimos 2 anos, a CEDAE vem passando por profundo aperfeiçoamento de seus processos de gestão. A empresa passou a obter resultados financeiros favoráveis já em 2007, sem que fossem necessários aportes diretos do Governo do ERJ. Com isso, à luz da LRF, a CEDAE passou a merecer um tratamento distinto, em que reflita a diminuição do seu risco fiscal – não obstante o grande passivo herdado, hoje identificado em detalhe por auditores independentes de renome. As despesas da empresa vêm se estabilizando, apesar do surgimento freqüente de itens relacionados ao passado, como o parcelamento da dívida com o INSS; e maior atenção à conformidade, como o pagamento de imposto de renda, ambos os fatores para o aumento de “outras despesas correntes”, no seu demonstrativo financeiro. Além disso, foi dada maior regularidade ao pagamento de fornecedores.

Despesas das Empresas Não-Dependentes - MAR-ABR 2009						
	R\$ Mil					
Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro	MAR-ABR 08	MAR-ABR 09	Var. %	JAN-ABR 08	JAN-ABR 09	Var. %
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.886,06	2.504,63	-63,6%	9.920,66	4.833,30	-51,3%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.122,45	5.709,99	11,5%	7.078,44	6.914,17	-2,3%
INVESTIMENTOS	87,71	3.747,32	4172,2%	90,39	3.747,32	4045,5%
Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro Total	12.096,22	11.961,93	-1,1%	17.089,49	15.494,79	-9,3%
Companhia Estadual de Águas e Esgotos	MAR-ABR 08	MAR-ABR 09	Var. %	JAN-ABR 08	JAN-ABR 09	Var. %
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	95.907,24	103.155,11	7,6%	187.505,38	200.865,69	7,1%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	40.414,86	4.338,08	-89,3%	80.575,38	8.721,92	-89,2%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	173.071,42	254.502,74	47,1%	237.551,77	396.768,81	67,0%
INVESTIMENTOS	4.124,03	2.392,56	-42,0%	4.124,03	2.750,30	-33,3%
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.881,03	8.424,10	192,4%	5.712,82	11.587,70	102,8%
Companhia Estadual de Águas e Esgotos Total	316.398,58	372.812,59	17,8%	515.469,38	620.694,43	20,4%

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) tem por finalidade “estabelecer parâmetros que confirmam às contas públicas a necessária e indispensável estabilidade, a fim de permitir ao Estado a consecução dos seus fins”. Assim, a evolução da CEDAE – especialmente o fato de não receber recursos do Tesouro Estadual para custear suas atividades, levou a direção da empresa a promover uma análise técnica da sua situação, concluindo-se pela



não dependência da empresa, de acordo com despacho do Governador.

A não dependência da empresa não a torna mais rica, ainda que em alguns casos a torne mais flexível. Esse processo é particularmente importante em face à recente decisão legislativa de permitir a empresa entrar em PPPs e outras atividades que possam concorrer para a melhor provisão de serviços de água e saneamento no Estado. A declaração de não dependência contribui ainda para evitar distorções nos demonstrativos contábeis estaduais, e dos indicadores fiscais resultantes, sem prejuízo da supervisão da companhia pelos Poderes estaduais. Também, seguindo a prática federal na aplicação da Constituição Federal de 1988, o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado para 2010 prevê a introdução do orçamento de investimento da CEDAE para aprovação da Assembléia Legislativa, assim como a apresentação àquela casa como parte do projeto de Lei do Orçamento Anual de quadros informativos sobre outras despesas da empresa.

A não dependência não afetará as políticas públicas de apoio à ampliação do saneamento – a Lei de Responsabilidade Fiscal permite que o Estado invista através da empresa, mediante aumentos de capital que financiem programas de investimento. Isto permitirá que enquanto a situação da empresa não estiver totalmente resolvida, o Estado tome empréstimos em seu nome – eventualmente com garantia da União – para acelerar projetos de saneamento e proteção ambiental ligados ao manejo de recursos hídricos que poderão ser executados pela empresa. Por outro lado, a não dependência da empresa reduz alguns riscos fiscais do Estado, decorrentes de pendências judiciais com a União oriundas de empréstimos tomados na década de 1980 e começo dos anos 1990, ainda no período de alta inflação.

BOX 5 – EVOLUÇÃO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO TESOIRO EM CULTURA

A atenção do Governo na área de Cultura vem crescendo a cada ano. Os recursos do Tesouro aplicados em 2008 representaram um aumento de 70% em relação a 2006. Para 2009, a despesa está projetada em R\$ 131 milhões, representando um aumento de 113% em relação a 2006.

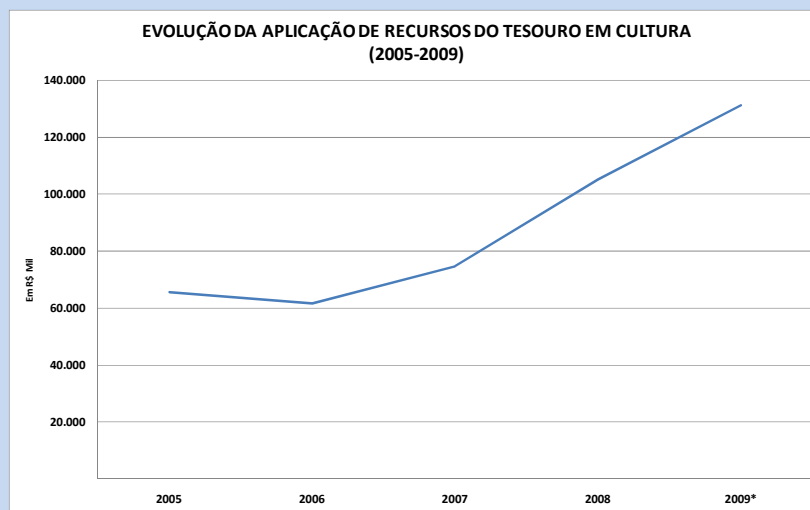
Comparando-se o gasto em Cultura com os gastos em Ciência e Tecnologia — ou seja, usando como base de cálculo as receitas do Tesouro que constituem a base de cálculo da despesa da FAPERJ, verifica-se que houve um aumento do índice de despesa na Cultura de 0,68% das receitas do Orçamento em 2006 para 0,93% em 2008. O índice deve se aproximar de 1,1% da receita do Orçamento já em 2009.

EVOLUÇÃO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO TESOIRO EM CULTURA (2005-2009)

ÓRGÃO/ENTIDADE	Em R\$ Mil				
	2005	2006	2007	2008	2009*
SECRETARIA DE CULTURA	16.044	13.649	15.965	28.130	31.174
FUNARJ	14.780	14.687	21.663	32.182	35.225
CASA FRANÇA BRASIL	947	891	1.317	3.800	4.655
TEATRO MUNICIPAL DO RJ	31.846	30.465	33.676	38.408	44.196
MUSEU DA IMAGEM E DO SOM	1.981	1.832	1.800	2.485	15.784
DESPESA TOTAL	65.598	61.524	74.421	105.006	131.033
BASE DE CÁLCULO - RECEITA	8.243.372	9.069.088	9.876.122	11.238.281	12.024.961
% APLICADO**	0,80%	0,68%	0,75%	0,93%	1,09%

*Em 2009 considerado orçamento atual

**Utilizado os mesmos parâmetros para o cálculo da FAPERJ



A despesa apresentada acima se refere apenas à parcela orçamentária. No Rio de Janeiro, a Cultura dispõe ainda de recursos decorrentes da renúncia fiscal em favor de projetos culturais — cujos critérios de aplicação vêm se aprimorando, acompanhados de maior rigor na prestação de contas por parte das empresas que podem canalizar o ICMS devido ao Estado para o financiamento de projetos culturais de seu interesse. A aplicação destes recursos em 2009 deve ser da ordem de R\$ 70 milhões, que se somariam aos R\$ 131 milhões despesas orçamentárias, resultando em um compromisso do Estado de mais de R\$ 200 milhões para a Cultura.

V. Administração Financeira

V.1 Pagamento de Programações de Desembolso

O Tesouro Estadual continua adotando medidas para aprimorar a gestão dos recursos públicos e dar continuidade à política de transparência, meta da atual Secretaria de Estado de Fazenda - SEFAZ.

Nesta linha, já se encontram inseridos no Mapa de Pagamentos de Capital e Custeio, disponível no portal da Secretaria de Fazenda na Internet (www.fazenda.rj.gov.br), os dados das Notas Fiscais pertinentes às Programações de Desembolsos (PD's) pagas aos fornecedores. Esta é mais uma informação importante que atesta a postura do Estado de dar publicidade a seus atos.

No 2º bimestre deste ano, observou-se uma redução no prazo da execução das PD's se comparado ao mesmo período do ano anterior, o tempo médio, que era de 15 dias, caiu para 13 dias. Deu-se, portanto, ainda maior celeridade ao adimplemento das Programações de Desembolso.

Em relação às Cotas Financeiras, nota-se que, nesse bimestre, os Órgãos foram mais diligentes na execução dos seus gastos. Este fato pode ser constatado na comparação da utilização da cota financeira disponibilizada. No primeiro bimestre, foram empregados apenas 29,91% das cotas liberadas. Já no 2º bimestre (período acumulado até abril de 2009), o percentual utilizado alcançou a 74,32% das cotas liberadas. Fato similar pode ser observado no desempenho do Tesouro, que elevou seus pagamentos de custeio/capital de R\$73,8 milhões até fevereiro/2009, para R\$591,6 milhões até abril/2009.

É importante destacar, ainda, que o Tesouro Estadual aumentou proporcionalmente o número de PD's executadas. No 1º bimestre deste ano, cerca de 77% das

Modelo de Tabela disponibilizada na internet, que contém a relação das PD's paga, com as suas respectivas notas fiscais.

Figura 1

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO						Posição: 11/05/2009 18:31	
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA						Período de Pagto.: 23/04/2009 até 07/05/2009	
SUBSECRETARIA DE FINANÇAS							
SISTEMA DE APOIO AO TESOURO ESTADUAL - SATE							
MAPA DE PAGAMENTOS DE CAPITAL E CUSTEIO - 2009							
DI Pagto	Razão Social		PD	Valor PD	Nota Fiscal		
07/05/2009	ULTRADIGITAL.COM PIESCRITORIO LTDA	E	SERVICOS 2009PD00114	1.030,00	NF: NF 007130 DT: 12/03/2009 VL: 1.030,00		
07/05/2009	PORTO FÁBRICA DE BANDEIRAS E SEVÇOS LTDA	E	2009PD02332	5.880,00	NF: NF.705 DT: 23/03/2009 VL: 5.880,00		
07/05/2009	CJC 2007 PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA	E	2009PD02329	32.216,37	NF: NF.065 DT: 24/03/2009 VL: 32.216,37		
07/05/2009	CONEXAO GRAVATA LTDA		2009PD02333	5.500,00	NF: NF.643 DT: 25/03/2009 VL: 5.500,00		

Tabela 36

ÁREAS	PRAZO MÉDIO
PRIORITÁRIA	12
NÃO PRIORITÁRIA	14
MÉDIA GERAL	13

Fonte: Sistema de Apoio ao Tesouro Estadual - SATE

Tabela 37

ÁREAS	EMPENHADO (A)	LIQUIDADO (B)	COTA FIN. LIBERADA (C)	COTA FIN. UTILIZADA (D)	DESP. PAGA (E)
EDUCAÇÃO	178.681	103.126	115.732	100.744	85.083
SAÚDE	470.136	207.097	282.414	196.144	163.967
SEGURANÇA	157.089	117.898	130.060	110.015	93.146
DEMAIS	549.959	327.538	433.969	308.229	249.367
TOTAL	1.355.865	755.659	962.175	715.132	591.563

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira p/ Estados e Municípios - SIAFEM e Sistema de Informações Gerenciais - SIG
Obs.: Posição acumulada até ABRIL/2009
Obs.: Fonte de recursos - Tesouro

ÁREAS	(B)/(A)	(B)/(C)	(D)/(B)	(D)/(C)	(E)/(D)
EDUCAÇÃO	57,72%	89,11%	97,69%	87,05%	84,45%
SAÚDE	44,05%	73,33%	94,71%	69,45%	83,60%
SEGURANÇA	75,05%	90,65%	93,31%	84,59%	84,67%
DEMAIS	59,56%	75,47%	94,10%	71,03%	80,90%
TOTAL	55,73%	78,54%	94,64%	74,32%	82,72%

programações de desembolso emitidas¹⁶ (2.174) foram pagas, nesse 2º bimestre este índice atingiu 83% da PD's confeccionadas, totalizando 9.783 PD's executadas.

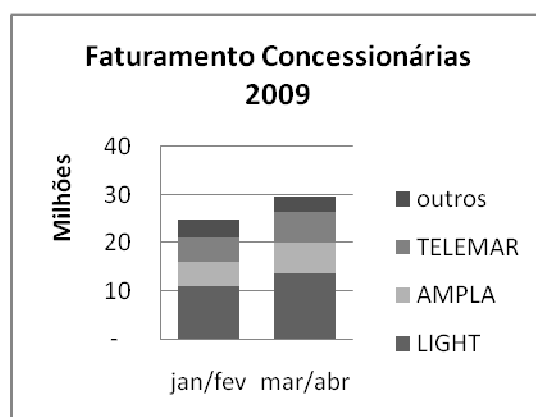
A emissão da Programação de Desembolso após a liquidação da despesa por parte dos órgãos melhorou consideravelmente. Aproximadamente 95% das despesas liquidadas no segundo bimestre já tiveram a sua respectiva programação de desembolso confeccionada até o fim do período. Como destaque, temos a área de Educação que emitiu 97,69% das PD's concernentes às despesas liquidadas no período, ou seja, quase a totalidade das obrigações liquidadas, por aquela área, já tiveram a terceira fase da execução orçamentária (art. 65 da Lei Federal nº 4.320/1964) concluída.

A área de Segurança também tem executado de forma célere seu orçamento, liquidando 75,05% de seus empenhos. Esta pasta já liquidou 90,65% da Cota Financeira liberada, convertendo 93,31% de suas liquidações em PD's. Assim, foram utilizados cerca de 85% da sua Cota Financeira liberada, permitindo que a Secretaria de Segurança tenha sido a pasta com maior percentual de PD's pagas.

V.2 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos

No segundo bimestre de 2009, o Tesouro Estadual adimpliu cerca de R\$30 milhões com despesas de serviços públicos prestados para os Órgãos e Entidades integrantes da administração direta e indireta do Estado. Este valor, que exclui os serviços prestados pela CEDAE, representaram um aumento de 67% em relação ao primeiro bimestre. Três fatores influenciaram neste aumento, quais sejam: (i) o pagamento das faturas pendentes do período anterior jan-fev/09; (ii) o aumento do adimplemento das faturas na data de vencimento; e, o

Gráfico 3



¹⁶ Programação de desembolso emitida = a cota financeira utilizada.

aumento de 25% no consumo aparente¹⁷ dos serviços, inclusive no que tange ao consumo faturado da Telemar.

Com relação à dotação orçamentária, para as despesas honradas com Fontes de Recursos do Tesouro, foram gastos, no primeiro quadrimestre, 30% dos R\$177 milhões reservados em 2009 para o Programa de Trabalho específico¹⁸. Desse modo, restam aos órgãos, 70% de saldo orçamentário para honrar as despesas pendentes somada às despesas dos próximos dois quadrimestres. O percentual da dotação orçamentária já utilizado no exercício de 2009 quitou 87% do valor faturado pelas concessionárias¹⁹ no período.

Ressalte-se que vários órgãos, que inicialmente apresentavam problemas orçamentários, estão regularizando os pagamentos de valores expressivos em aberto, cite-se, por exemplo, a Secretaria de Estado de Educação – SEEDUC e a Secretaria de Administração Penitenciária – SEAP.

A SEEDUC foi o órgão que mais aumentou suas despesas no segundo bimestre, o que pode ser atribuído à sazonalidade do funcionamento das escolas, já que no período de férias (início do ano) as despesas são reduzidas, além do feriado do carnaval, que também impactou na redução do consumo do primeiro bimestre. A tendência deve aumentar, na medida em que o projeto de melhoria nas unidades escolares, com a instalação de aparelhos de ar condicionado for se desenvolvendo.

Analisando-se os pagamentos efetuados pelo SIPC²⁰, constata-se que adimpliu-se aproximadamente 97% das despesas de competência janeiro-fevereiro e 90% do

Já foram quitados 87% do valor faturado pelas concessionárias em 2009, com significativo aumento nos pagamentos da SEEDUC e SEAP – de administração penitenciária

¹⁷ Análise feita com base nas informações disponibilizadas pelas concessionárias.

¹⁸ PT – Pagamento de Despesas com Serviços de Utilidade Pública.

¹⁹ As despesas com a CEDAE não estão incluídas.

²⁰ SIPC - Sistema Integrado de Pagamento de Concessionárias, estabelecido nos órgãos centrais para acompanhamento das despesas de serviços públicos.

bimestre março-abril. O resultado reflete o empenho da atual administração em evitar o pagamento de serviços públicos em atraso, desse modo impedindo a geração de multas e dívidas para os próximos exercícios.

Na área de telefonia, considerando-se os 40 órgãos que aderiram ao novo contrato firmado em 2008, entre o Estado e a Oi/Telemar, verificou-se a redução de 30% nas despesas de março de 2009 com relação às despesas faturadas em março de 2008. Esta economia tende a aumentar expressivamente, levando-se em conta que as áreas prioritárias (saúde, educação e segurança), as quais representam 80% dos gastos totais, ainda estão migrando para o novo sistema.

V.3 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro

A expressiva desaceleração do PIB nacional no último trimestre de 2008 confirmou a expectativa do mercado de redução da SELIC. Com isso, a taxa de juros encerrou o mês de abril com uma queda de 19%, com relação a janeiro deste ano²¹. Segundo projeções do Banco Central e Andima, a SELIC ainda tem espaço para uma maior redução, e.g., chegando a uma taxa de 9,75% a.a., no último mês deste ano.

Não obstante a queda da taxa SELIC, e correspondente queda do índice de remuneração dos depósitos interbancário CDI — taxa de referência das aplicações financeiras, o rendimento dos saldos do Tesouro tem sido satisfatório. A remuneração oferecida pelos três principais bancos que servem ao Estado (Itaú, Caixa Econômica e Banco do Brasil), tem estado entre 71,55% e 101,6% do CDI. Esse desempenho significa expressiva melhora em relação ao desempenho histórico até o primeiro bimestre de 2008, quando a remuneração ainda estava na faixa de 64% e 105,68% do CDI. Dessa forma, a remuneração média de todos os fundos subiu de 88,77% para 96,22% do CDI de 2008 para 2009. Para esse resultado contribuiu

Gráfico 4

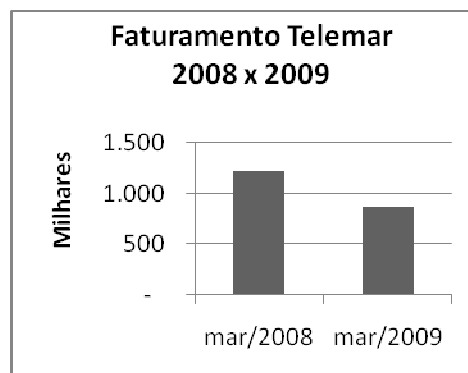


Gráfico 5

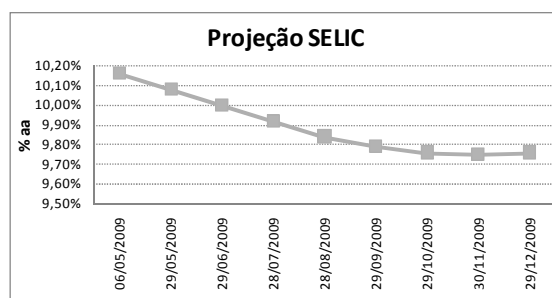
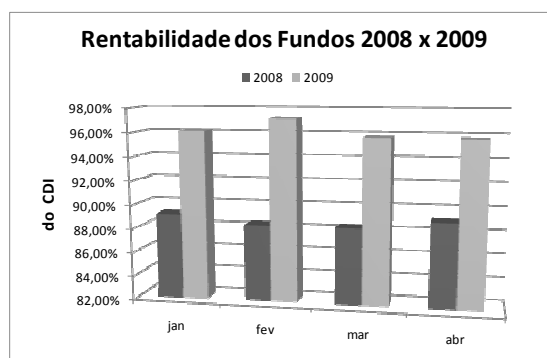


Gráfico 6



²¹ SELIC: jan/09 – 12,66% aa; fev/09 – 12,66% aa; mar/09 – 11,16% aa; abr/09 – 10,16%

que as taxas médias de administração dos fundos estejam hoje abaixo de 0,2% a.a.

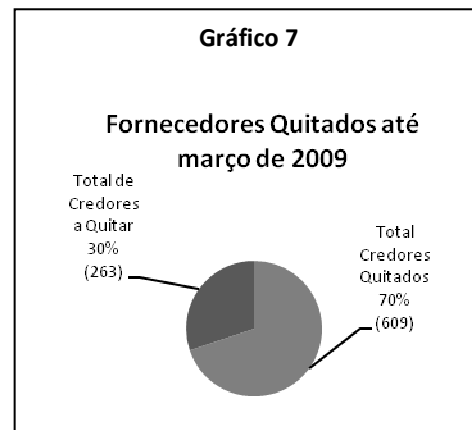
Como parte do seu fortalecimento institucional, e com o intuito de acompanhar melhor a dinâmica do mercado e dar maior rentabilidade às aplicações dos recursos do Tesouro, até o início do 2º semestre, a Secretaria de Fazenda estará implantando um Comitê de Investimento. Tal comitê exercerá a função de supervisionar e orientar os investimentos do Estado.

V.4 Tratamento Dispensado a Restos a Pagar Processados

Conforme previsto no Decreto nº 41.625, de 09 de janeiro de 2009, o pagamento aos credores que ingressaram na mais recente fase do programa de quitação dos restos a pagar 2002-2006, dar-se-á da seguinte maneira: (i) integralmente até março de 2009, para os créditos de valor até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); e (ii) o saldo restante dos créditos será pago em até 14 parcelas semestrais, vencendo a primeira em 2009.

Assim, em 25 de março de 2009, foi pago, especificamente, para a 3ª fase do programa, o montante de R\$2.364.454,67, contemplando 76 credores²². Do total desses credores, 40 tiveram seus créditos quitados em parcela única (cerca de R\$515 mil), o que corresponde aproximadamente a 53% do grupo que entrou na 3ª fase do programa.

Do início do Programa de Pagamento/Parcelamento de Restos a Pagar Processados até o final do mês de março, o Tesouro Estadual pagou o total de R\$50.382.605,28 (já englobando o pagamento da terceira parcela para os credores que ingressaram na 1ª fase do programa, o pagamento da segunda parcela para os credores que ingressaram na 2ª fase do programa e o pagamento da



²² Conforme informado na edição anterior do Boletim, 82 credores haviam aderido ao programa na 3ª fase. No entanto 6 credores ainda não conseguiram sanar pendências jurídicas junto a esta SEFAZ, ou seja, ainda não conseguiram apresentar toda a documentação exigida no § único do art. 6º da Resolução SEFAZ nº 73/2007.

primeira parcela para os credores que ingressaram na 3ª fase). Esse montante corresponde a cerca de 21% valor total renegociado pelo programa até agora (estão previstas reaberturas do programa).

Por fim, cabe destacar que do total de credores que ingressaram no programa, aproximadamente 70% já tiveram seu crédito integralmente pago.

- Oferta Pública de Recursos

Foi publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, em 24 de abril de 2009, o Edital da Primeira Oferta Pública de Recursos, permitindo à Secretaria de Estado de Fazenda antecipar as últimas parcelas do pagamento previsto no Programa de Pagamento/Parcelamento de Restos a Pagar Processados, desde que oferecidos descontos pelos credores, conforme previsão do item 8.1 do Edital.

Poderão participar do leilão, os credores que ingressaram no programa de pagamento/parcelamento e assinaram o Termo de Adesão, conforme dispôs a Resolução SEFAZ nº 73/2007 e, ainda, se credenciarem, junto ao Banco do Brasil, para a retirada de uma chave-senha de acesso ao sistema eletrônico, que permitirá o envio de ofertas de desconto durante o leilão, marcado para o dia 12 de maio de 2009, às 13:00 hrs.

O total de recursos disponibilizados pelo Estado do Rio de Janeiro para a antecipação das parcelas vincendas nos exercícios de 2012 a 2015 foi de R\$ 12 milhões de reais.

O pagamento aos credores vencedores do certame em questão será efetuado pelo próprio Banco do Brasil S/A, em até 03 (três) dias úteis, contados da data da homologação da sessão da Primeira Oferta Pública de Recursos.

O supracitado Edital foi disponibilizado no Portal da Fazenda, www.fazenda.rj.gov.br, - Transparência Fiscal – Fornecedores – Restos a Pagar – Edital Oferta Pública.

Os pedidos de esclarecimentos foram encaminhados para o e-mail: pregão@sef.gov.br.²³

V. 5 Requisições Judiciais de Pagamento

Precatórios

Cumprindo o compromisso firmado pelo Governo para pagamento de precatórios, serão aplicados no ano de 2009, R\$ 12.000.000,00 mensais com recursos do Tesouro do Estado e R\$ 6.000.000,00 com recursos do RIOPREVIDÊNCIA, para o adimplemento dessas obrigações.

No segundo bimestre deste ano, manteve-se a estratégia financeira de honrar os acordos de parcelamento de precatórios de grande valor, celebrados pela Procuradoria Geral do Estado, e o pagamento dos precatórios da Administração Direta de natureza alimentícia, inscritos no orçamento do ano de 2001, obedecendo-se à ordem Constitucional de inscrição nos Tribunais.

Entre os pagamentos de precatórios efetuados com fontes do Tesouro (FT 00) e aqueles realizados com recursos próprios das Entidades da Administração Indireta (outras fontes de recursos), o Estado aplicou nos meses de março e abril o valor de R\$ 35.273.698,97.

Da despesa de precatórios realizada no 2º bimestre de 2009, 74,2% foram aplicados no cumprimento de obrigações alimentícias, totalizando R\$ 26.171.813,03, e 25,8%, no pagamento de obrigações de natureza comum, representando um volume de R\$ 9.101.885,94. Como resultado deste comprometimento financeiro, foram liquidados, nesse segundo bimestre, 54 novos precatórios.

Do total de recursos empregados no pagamento de precatórios nos meses de março e abril, R\$ 11.387.719,52, foram oriundos da aplicação de recursos

O governo pagou R\$ 35,3 milhões em precatórios no segundo bimestre de 2009, sendo 74,2% dos recursos aplicados em precatórios alimentares

Gráfico 8

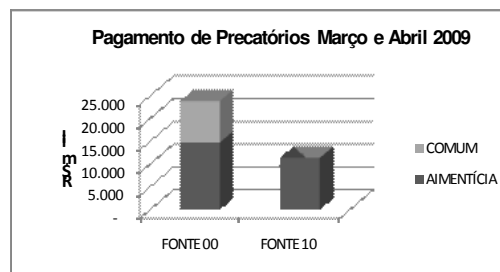
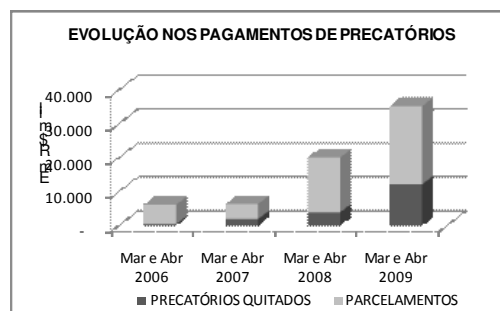


Gráfico 9



²³ O leilão deu-se normalmente no dia 12 de maio; seus resultados serão apresentados na próxima edição do Boletim, correspondente ao 3º bimestre de 2009.

do RioPrevidência, empregados na quitação de precatórios inscritos contra o IPERJ.

Diante da natureza dos Precatórios do IPERJ, todo o volume de recurso disponibilizado pelo RioPrevidência para o adimplemento desse passivo vem agilizando o pagamento de Precatórios alimentícios acionado por inativos e pensionistas. Com isto, o RioPrevidência já está pagando precatórios de 2003, um avanço de 2 anos desde outubro de 2008.

De modo mais geral, a política adotada desde 2007 tem permitido expressivo aumento do número e valor total dos precatórios pagos pelo Estado, em comparação com os anos anteriores.

Requisições Judiciais de Pequeno Valor – RPV

Nos meses de março e abril, foram pagos R\$ 6.554.359,11 em requisições de pequeno valor, representando um aumento de 783% em relação ao 1º bimestre deste ano.

Esse aumento se deve em grande parte ao recebimento das orientações para cumprimento de julgado, encaminhadas pela Procuradoria Geral do Estado, de requisições originadas no processo nº 1992.004.00351, que contemplou 97 beneficiários, e o processo nº 2003.004.00508, movido pelo Sindicato Estadual dos Profissionais em Educação do Rio de Janeiro, que contemplou 18.011 beneficiários. Não obstante o alto valor do processo, o valor para cada beneficiário está, neste caso, também compreendido no limite Constitucional de 40 salários mínimos para pagamento por RPV, conforme determina o § 3º do artigo 100 da Constituição da República.

Pagamento total de Requisições Judiciais

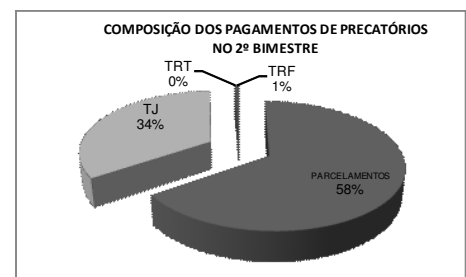
Considerando-se precatórios e RPV's, foram pagas 18.372 requisições de pagamento judiciais, no segundo bimestre de 2009, o que representou um dispêndio de cerca de R\$ 41,8 milhões.

Tabela 38

PAGAMENTOS DE RPV - 2009		
MÊS	QUANTIDADE	VALOR
Março	94	R\$ 723.460,93
Abril	18224	R\$ 5.830.898,18
	18318	R\$ 6.554.359,11

O pagamento de RPV deu um salto em abril de 2009, por conta do pagamento de um grande processo, com 18 mil beneficiários, os quais se qualificaram a benefícios abaixo de 40 salários mínimos, pagáveis por RPV

Gráfico 10



Confrontando os números do 2º bimestre de 2009 com o mesmo período de 2008, constata-se que o Estado quase dobrou a aplicação de recursos no cumprimento dessas obrigações (aumento de 95%).

V. 6 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu serviço

Dispêndio com a dívida pública

O Tesouro Estadual desembolsou R\$ 834 milhões com o serviço da dívida²⁴, no 2º bimestre de 2009, valor 130% superior ao pago no 1º bimestre. Esta variação, no dispêndio, pode ser atribuída ao calendário, haja vista que a prestação de fev/09, pertinente ao contrato de refinanciamento, pactuado nos moldes estabelecidos pela Lei nº 9.496/97, venceu num sábado e foi adimplida na segunda-feira seguinte, já em março²⁵, ou seja, a importância correspondente de R\$ 147 milhões impactou o 2º bimestre.

O valor devido da dívida intra limite foi de R\$ 534 milhões no 2º bimestre. O pagamento efetivo, por força do teto de 13% da Receita Líquida Real, ficou em R\$ 501 milhões, gerando um resíduo de aproximadamente R\$ 33 milhões, que foi incorporado ao saldo do contrato.

O crescimento do serviço da dívida pago no bimestre também foi influenciado pelo aumento do serviço da dívida extralimite, que foi de cerca de 150% em relação ao primeiro bimestre. Este aumento é o impacto dos pagamentos, no período, das parcelas semestrais dos contratos externos, no montante de R\$ 125 milhões.

²⁴ Serviço da Dívida pago com as fontes do Tesouro Estadual.

²⁵ O vencimento ocorreu no dia 28/02/09.

Tabela 39

R\$ mil

	1º Bimestre 2009			2º Bimestre 2009			Δ % do total no bimestre
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	Total
ADM. DIRETA	117.752	243.882	361.634	293.564	535.005	828.568	129%
INTRALIMITE	71.304	218.183	289.487	166.261	481.919	648.179	124%
EXTRALIMITE	46.448	25.699	72.147	127.303	53.086	180.389	150%
ADM. INDIRETA - CUSTEADA (F. TESOURO)	671	267	938	3.200	1.991	5.190	453%
TOTAL	118.423	244.149	362.572	296.764	536.995	833.759	130%
Informações complementares:							
Valor devido intra-limite	168.390	362.269	530.659	172.549	361.045	533.593	1%
Valor devido pelo limite (13% da RLR)	97.904	339.057	436.961	139.660	361.045	500.705	15%
Diferença incorporada no resíduo	70.486	23.212	93.697	32.888	-	32.888	-65%

Valores pagos no bimestre a preços correntes.

O total da dívida da administração indireta paga nos meses de março e abril foi de R\$ 5,19 milhões, o que representou apenas 0,62% do total do serviço da dívida adimplido, no período. A maior parte daquele valor refere-se ao pagamento da semestralidade da dívida da RioTrilhos, de R\$ 4 milhões. Com isto, a dívida da administração indireta, honrada com recursos do Tesouro Estadual²⁶, teve um acréscimo de 453% no período, em relação ao primeiro bimestre.

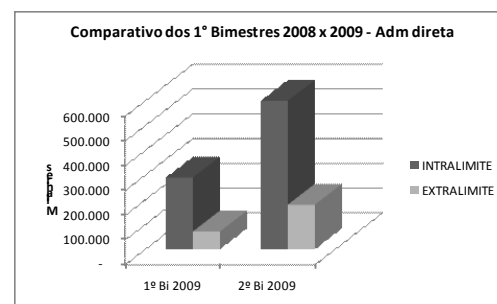
Dívida Financeira x Receita Líquida Real

No 2º bimestre deste ano, o estoque da Dívida Financeira somou R\$ 52 bilhões, 1,26% menor que no primeiro bimestre. Este decréscimo se deve, principalmente, à queda do IGP-DI²⁷, índice aplicado no reajuste na maioria dos contratos da dívida interna. Apesar de, historicamente, a indexação pelo IGP-DI ter feito a dívida pública do Estado crescer mais rapidamente do que o PIB nominal, em 2009 a queda do índice tem amortizado o crescimento da dívida.

²⁶ Administração indireta honrada com recursos do Tesouro Estadual são as entidades que não têm recursos próprios para honrar suas dívidas. As demais entidades, como CEDAE, CODERTE, FESP e IVB, por possuírem fontes de receitas próprias, não são citadas no quadro do serviço da dívida.

²⁷ Os saldos devedores são corrigidos pelo IGP-DI do mês anterior, no 2º bimestre fechou em -0,86% (IGP-DI de fev/09 e mar/09) e nos últimos 12 meses (de abr/08 a mar/09) em 4,55%. As dívidas com a União, que representam 96,59% do montante total, tiveram uma redução de 0,80%. Os contratos de Assunção de Dívidas do BERJ, junto ao BACEN, e de refinanciamento, firmado ao amparo da Lei nº 9.496/97, que juntos representam 92,44% desta dívida, tiveram um redução nominal de 0,46% e 0,94%, respectivamente.

Gráfico 11





Fenômeno semelhante se deu com a dívida externa, indexada ao dólar e ao iene, em face à apreciação do real. Destarte, o estoque desta dívida caiu para R\$ 1,7 bilhão, 13% inferior ao primeiro bimestre de 2009.

Em abril, o Estado também quitou as últimas parcelas de 4 subcontratos de refinanciamentos de dívida externa – DMLP, firmados junto à União.

O indicador de solvência (a relação Dívida Financeira/ Receita Líquida Real – DF/RLR), acordado entre a União e o Estado do Rio, apresentou melhora entre o segundo bimestre de 2009 e o primeiro bimestre de 2009. A relação caiu de 2,27 para 2,24, uma redução de 1,49%²⁸.

Tabela 40

R\$ mil

DÍVIDA FINANCEIRA X RECEITA LÍQUIDA REAL 2009			
	1º Bimestre	2º Bimestre	Δ %
DÍVIDA FUNDADA TOTAL	52.679.609,26	52.014.312,72	-1,26%
INTERNA	50.644.763,67	50.239.318,76	-0,80%
Dívida com a União	50.644.763,67	50.239.318,76	-0,80%
Outras Dívidas Contratuais	-	-	
EXTERNA	1.952.254,01	1.700.554,70	-12,89%
Com Aval do Tesouro Nacional	1.948.648,13	1.697.237,80	-12,90%
Mobiliária	3.605,88	3.316,90	-8,01%
ADM INDIRETA - CUSTEADA (F.TESOURO)	82.591,58	74.439,25	-9,87%
DÍVIDA FINANCEIRA	52.679.609,26	52.014.312,72	-1,26%
RECEITA LÍQUIDA REAL (+) IGP-DI	23.160.120,61	23.212.691,52	0,23%
RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RLR	2,27	2,24	-1,49%

Tal relação tenderá a se deteriorar nos próximos bimestres, em decorrência da expectativa de redução das receitas de petróleo, cujo efeito, de acordo com as regras do contrato, se dá sobre 12 meses. A dependência da relação Dívida/RLR do valor da receita de royalties é outra fonte de volatilidade deste índice. Esta volatilidade combinada com a indexação do estoque da dívida ao IGP apresenta reflexos negativos sobre a capacidade de o Estado planejar e usar sua capacidade de endividamento.

²⁸ A meta da Dívida para o exercício de 2009, fechada no programa de ajuste Fiscal assinado em 08/04/2008, foi de 2,28 e ajustada em 2,37. A nova meta ainda não foi fechada com a STN.



Receita de Operações de Crédito

Foram liberados R\$ 34,13 milhões de receita de operações de créditos, no segundo bimestre de 2009 (Tabela 41). Desse montante, R\$ 23,15 milhões foram destinados para obra de expansão da Linha 1 do Metrô – entre as estações Cantagalo e General Osório (recursos provenientes do BNDES); R\$ 9 milhões, ao Programa Estadual de Transportes Adicional (recursos provenientes do BIRD); e, R\$ 2 milhões, ao Programa de Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial das Administrações Estaduais (recursos provenientes do BNDES).



Tabela 41

R\$ mil

	2009 ⁽¹⁾		2010	2011	2012	2013	2014	2015 ⁽²⁾	TOTAL
	Liberado	a Liberar	a Liberar	a Liberar	a Liberar	a Liberar	a Liberar	a Liberar	a Liberar
1. Operações de Crédito Contratadas⁽²⁾	34.128,56	123.970,17	-	-	-	-	-	-	123.970,17
A - Operações contratadas com o SFN	25.147,69	113.022,16	-	-	-	-	-	-	113.022,16
1. BNDES - EXPANSÃO METRÔ - 12.1.154 C	-	3.278,69	-	-	-	-	-	-	3.278,69
2. BNDES - EXPANSÃO METRÔ - 12.1.164 D	-	3.303,14	-	-	-	-	-	-	3.303,14
3. BNDES - EXPANSÃO METRÔ - 12.1.165 A e B	-	3.282,94	-	-	-	-	-	-	3.282,94
4. BNDES - EXP. METRÔ - 12.1.169(GENERAL OSÓRIO)	23.147,60	94.955,69	-	-	-	-	-	-	94.955,69
6. BNDES - PMAE	2.000,09	8.201,70	-	-	-	-	-	-	8.201,70
B - Demais	8.980,87	10.948,00	-	-	-	-	-	-	10.948,00
1. BIRD - Programa Estadual de Transportes - ADICIONAL	8.980,87	10.948,00	-	-	-	-	-	-	10.948,00
2. Operações de Crédito Autorizadas e em Tramitação	-	59.456,53	187.679,03	155.907,44	53.326,61	55.968,52	33.803,07	1.089,15	547.230,35
1. BIRD - RIO RURAL	-	5.990,33	13.287,63	18.842,30	21.061,98	17.644,23	8.168,63	1.089,15	86.084,24
2. BIRD - INFRAESTRUTURA II/TRANSPORTES PET II	-	53.466,20	174.391,40	137.065,15	32.264,62	38.324,29	25.634,45	-	461.146,11
3. Operações de Crédito a Contratar Incluídas no PAF⁽³⁾	-	380.364,14	267.549,79	254.728,75	171.355,99	60.601,65	13,49	-	1.134.613,81
Total 1.+ 2. + 3.	34.128,56	563.790,84	455.228,82	410.636,19	224.682,59	116.570,17	33.816,56	1.089,15	1.805.814,33

(1) Valores realizados em 2009, a preços correntes.

(2) Contem o valor total a ser liberado das operações de crédito contratadas, a preços de abr/2009

(3) Valores redistribuídos de acordo com o PAF assinado em 08/04/2008, atualizados pelo IGP-DI.

V.7 Acompanhamento financeiro de Convênios

No âmbito do Estado do Rio de Janeiro, os convênios firmados com órgãos ou entidades da Administração Pública Federal para realizar ações em benefício da população Fluminense são classificados como “Convênios de Receita” e aqueles em que o Estado coloca os seus recursos próprios à disposição das Prefeituras Municipais e/ou Entidades não Governamentais, são chamados de “Convênios de Despesa”.

Destarte, o convênio é o instrumento jurídico utilizado na descentralização da execução de um programa, projeto ou evento com duração certa, consistindo no compromisso firmado entre Órgãos Governamentais e/ou Instituições Privadas para realização de ações com a finalidade específica.

A Subsecretaria de Finanças possui uma área específica que acompanha o desembolso financeiro estadual, no âmbito dos diversos convênios celebrados entre o Estado a União, Prefeituras Municipais e Entidades não Governamentais.

A Superintendência de Convênio²⁹ também auxilia, dentro de suas atribuições, os órgãos estaduais, gestores de convênios, no acompanhamento da execução financeira e na observância de outros aspectos formais que possam vir a impactar na prestação de contas final do contrato de repasse.

Atualmente, há 603 convênios vigentes cadastrados no Módulo de Convênios do SIAFEM – RJ, sendo que 346 destes são concernentes a contratos de repasse firmados com a União. Estes contratos, firmados com a União, representam aproximadamente R\$ 4 bilhões, que estão sendo investidos em projetos de infra-estrutura,

Atualmente há 603 convênios vigentes cadastrados no ERJ, sendo 346 com a União, representando contratos de R\$ 4 bilhões em diversas áreas

²⁹A Superintendência foi criada pelo Decreto nº 32.661, de 09 de janeiro de 2003, com a finalidade de acompanhar os repasses dos valores correspondentes as “Contrapartida” e auxiliar, dentro de suas atribuições, os Órgãos do Estado, gestores de convênios celebrados com a União Federal (Transferências Voluntárias), com as Prefeituras Municipais e Entidades não Governamentais.

saneamento, habitação, educação, segurança, saúde a nível estadual³⁰.

Os outros 257 são convênios de despesa, que o Estado firmou com Municípios e/ou outras entidades não governamentais para desenvolvimento de projetos em áreas de interesse público. Estes convênios representam a importância de R\$ 543,7 mil.

Dos convênios celebrados com a União 28,03% são contratos de repasse abarcados pelo Programa de Aceleração do Crescimento Econômico – PAC, que envolvem as obras do Complexo do Alemão, Rocinha I e II, Pavão/Pavãozinho/Cantagalo, Complexo de Maguinhas, Conjuntos Habitacionais, Drenagens de Rios e Lagoas e Mobilização e Organização Comunitária.

Essas obras totalizam um investimento de cerca de R\$ 1.818 milhões, dos quais R\$ 512,7 milhões referem-se à contrapartida do Estado³¹. Deste total, cerca de 40% já foram liberados pela União e 5% aportados pelo Estado.

Só nos primeiros bimestres deste ano, o Estado já transferiu aproximadamente R\$ 90,4 milhões, pertinente a contrapartida, no âmbito dos convênios do PAC.

Há ainda 257 convênios em que o Estado repassa recursos para municípios e entidades não governamentais, somando aproximadamente R\$ 550 mil.

As obras do PAC representam R\$ 1,8 bilhões, dos quais R\$ 512 milhões referem-se à contrapartida do Estado

³⁰ As principais informações disponibilizadas nesta seção foram extraídas do Módulo de Convênios do Sistema Integrado de Administração Financeira de Estado e Municípios – SIAFEM-RJ

³¹ Valores extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.